

Juventude e magistério

A VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE É UMA IMPORTANTE
ESTRATÉGIA PARA A ATRAÇÃO DA JUVENTUDE PARA O
MAGISTÉRIO.



MOVIMENTO SINDICAL

A IMPORTÂNCIA DA
PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS
NAS ENTIDADES SINDICAS E NA
LUTA DOS TRABALHADORES
BRASILEIROS

ENCARTE TEÓRICO

O PROFESSOR DERMEVAL
SAVIANI FALA SOBRE
“A IMPORTÂNCIA DA
EDUCAÇÃO NO PROJETO DE
DESENVOLVIMENTO DO PAÍS”

SEVERINE MACEDO

EM ENTREVISTA EXCLUSIVA,
A SECRETÁRIA NACIONAL DE
JUVENTUDE FALA SOBRE A II
CONFERÊNCIA NACIONAL DE
JUVENTUDE



3 EDITORIAL
Aproximação com a juventude



4 NACIONAL
Estatuto da Juventude pode trazer avanços

6 EDUCACIONAL/ARTIGO
Pronatec não atende as necessidades do País



10 SINDICAL
Juventude e o Movimento Sindical

14 NACIONAL/ARTIGO
Juventude, drogas, e democracia: relações delicadas



18 ENTREVISTA
Severine Macedo - Secretária Nacional de Juventude

22 CURTAS DAS FILIADAS

26 ENCARTE TEÓRICO
Dermeval Saviani

38 CAPA
A escolha pela carreira docente

44 CURTAS DA CONTEE

50 EM ALTA, EM BAIXA

52 NACIONAL
Jovens pedem maior espaço político

Revista da Contee

A revista CONTEÚDO é uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, sob coordenação da Secretaria de Comunicação Social.

conteudo@contee.org.br

Editora e jornalista responsável - **Daniele Moraes** - MTb 50607/SP

Colaboração: **Sandra Cruz** e **Ariadne de Moraes Cappeiloto**

Projeto gráfico e diagramação - **Circus Serviços Gráficos**;

Direção de Arte - **Vandré Fernandes**; Ilustração - **Daniel Lopes**;

Tiragem - **3 mil exemplares**; Impressão - **Forma Certa**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Setor de Rádio e TV - Sul - Quadra 701 - Bloco 2 - Sala 436

Ed. Assis Chateaubriand - CEP 70340-906 - Brasília/DF - Telefones: (61) 3226 1278/ 3223 2194

E-mail: contee@contee.org.br - www.contee.org.br

A reprodução dos textos é autorizada. Agradecemos a citação da fonte. Os textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Diretoria Executiva

Coordenação Geral
Madalena Guasco Peixoto

Secretaria Geral
Cristina de Castro

Secretaria de Assuntos Educacionais
Adércia Bezerra Hostin

Secretaria de Assuntos Jurídicos
João Batista da Silveira

Secretaria de Comunicação Social
Maria Clotilde Lemos Petta

Secretaria de Finanças
José Roberto Torres Machado

Secretaria de Formação e Políticas Sociais
Rita Fraga de Almeida Zambon

Secretaria de Organização e Políticas Sindicais
Fábio Eduardo Zambon

Secretaria de Questões de Gênero e Etnia
Nara Teixeira de Souza

Regional Sul
Cássio Filipe Galvão Bessa

Regional Sudeste
Francílio Pinto Paes Leme

Regional Centro-Oeste
Edson de Paula Lima

Regional Norte
José Carlos Padilha Áreas

Regional Nordeste
Manoel Henrique Filho

DIRETORIA PLENA

Abigail Carvalho
Amarildo Pedro Cenci

Ailton Fernandes

Airton Duarte Cunha

André Luiz Giudicissi Cunha

Ângelo Lacerda Rocha

Cristina Kavalkiesvicz

Eduardo Assis Fonseca Botelho

Eritelton José Konfideira

Franciso Perez Levy

Gilson Reis

João Jorge de Araújo Armênio

João Marques da Fonseca Filho

José Jackson Bezerra

Lavinia Rosa Rodrigues

Luiz Alberto W. Grossi

Márcia Almeida Machado

Márcia de Alencar Santana

Nivaldo Pinto Ferreira

Olmir Luiz Paludo

Oswaldo Souza Santos

Rodrigo Pereira de Paula

Valdir Graniel Kinn

Walteir Luiz Betoni

Wanderley J. Quêdo

Wellington Teixeira Gomes

Wilson Melo Sodré

CONSELHO FISCAL

Helder Abud Paranhos

Gisele Vargas

Robson Terra Silva

Aproximação *com a juventude*

A aproximação com a juventude e com a luta pela criação de políticas públicas efetivas para essa parcela da população é uma importante tarefa para movimento sindical brasileiro. A preocupação com a inserção dos jovens no mercado de trabalho – a partir da garantia de plenas condições de continuidade dos estudos – deve ser vista como uma prioridade para o desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, é preciso também que os jovens sejam estimulados e despertados para a vivência da luta sindical – não apenas com vistas à defesa de interesses das categorias, mas também a fim de promover a renovação de lideranças e a formação ampla, política e cidadã desse importante segmento da sociedade.

As pautas de interesses da juventude devem ser incluídas das discussões sindicais, buscando a aproximação dos jovens com o mundo do trabalho, especialmente por meio da ampliação da atuação das entidades nos meios digitais e virtuais de comunicação.

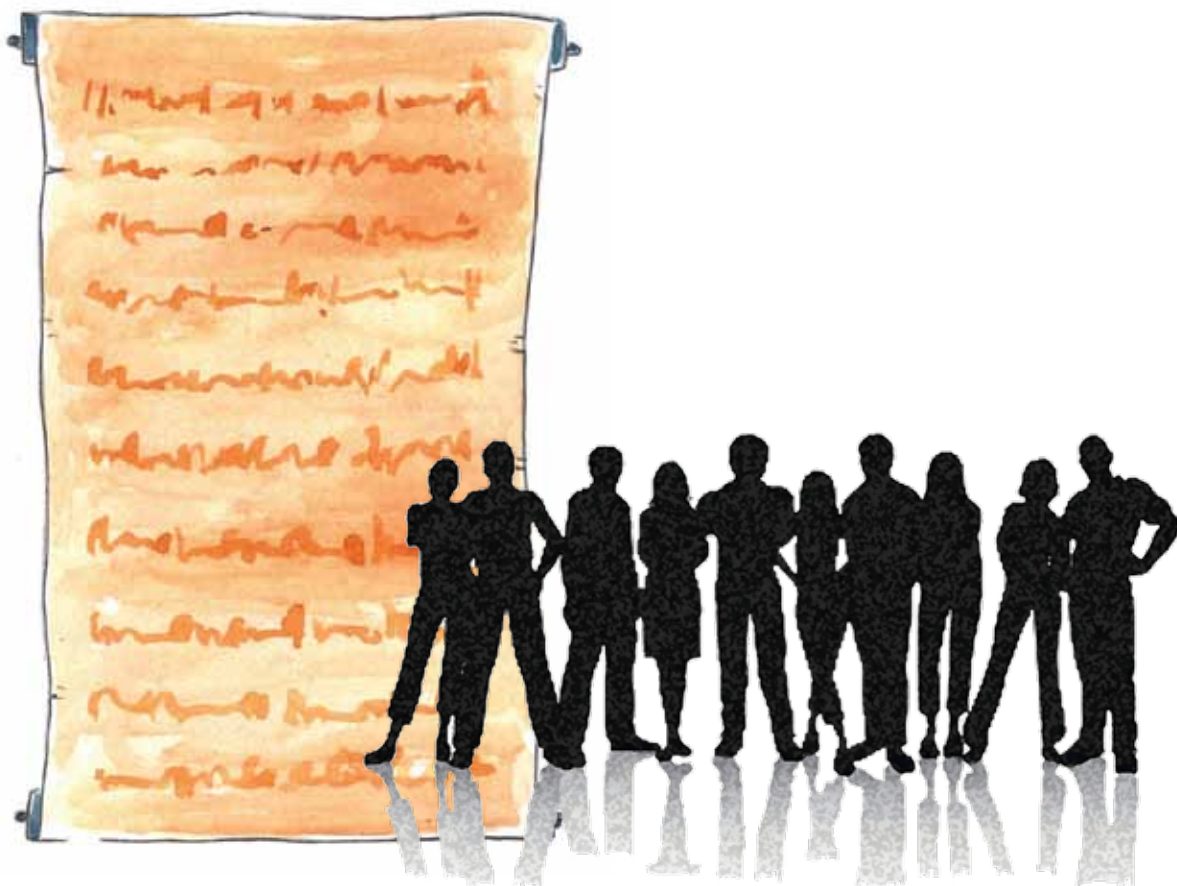
Nesta edição especial da Revista CONTEÚDO, trouxemos algumas discussões sobre esse tema, com destaque para a importância da participação dos jovens nas entidades sindicais e na atuação na carreira docente. Entrevistamos com exclusividade a Secretária Nacional de Juventude, Severine Macedo, e tratamos dos debates e deliberações da II Conferência Nacional de Juventude, realizada em dezembro de 2011.

Por fim, apresentamos as últimas notícias sobre as atividades da CONTEE e de nossas entidades filiadas e um artigo sobre educação profissional e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

Boa leitura!

Madalena Guasco Peixoto
Coordenadora geral da CONTEE





Estatuto da juventude *pode trazer avanços*

Entre polêmicas e avanços, Projeto de Lei que institui o Estatuto da Juventude segue em tramitação no Senado Federal.

Está em tramitação no Congresso Nacional um Projeto de Lei que estabelece o Estatuto da Juventude. Atualmente em discussão na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, o PLC 98/2011, “institui o Estatuto da Juventude, dispoendo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências”.

O Projeto tramitava na Câmara dos Deputados desde 2004 e, finalmente, em outubro de 2011, o relatório da Deputada Manuela D’Ávila (PCdoB-RS) foi aprovado e seguiu para o Senado. Na CCI, três propostas são foco de divergências entre os senadores: meia-entrada em eventos culturais, de entretenimento e lazer; desconto de 50% nos transportes intermuni-

país e interestaduais; e vinculação de, no mínimo, 30% de recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC) a programas destinados aos jovens.

Entre os pontos tratados no estatuto, um em especial detém a atenção dos estudantes: a federalização do direito à meia-entrada em eventos culturais e de lazer. Desde a edição da Medida Provisória 2.208/2001, as identidades estudantis passaram a ser emitidas por quaisquer estabelecimentos de ensino, associação ou agremiação estudantil a que o aluno pertença e não mais pela rede de entidades estudantis.

Segundo o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Daniel Iliescu, a mudança provocou um descontrole na emissão das carteiras, hoje passível de irregularidades e fraudes. “A regulamentação da emissão das carteiras estudantis assegura um direito ao estudante de ter acesso à cultura e lazer e também permite as entidades recuperarem um importante instrumento de autonomia financeira”, defendeu Iliescu.

Para o presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes),

Manuela Braga, a aprovação do Estatuto da Juventude com a federalização da meia-entrada seria quase tão importante quanto foi a legalização da UNE, em 1985. “A regularização das entidades estudantis foi fundamental. Mas é preciso também assegurar a manutenção dessas entidades. Além disso, a meia-entrada é um direito do estudante, porque educação não se limita ao que se vê na sala de aula. Cultura também faz parte da educação”, argumentou.

No campo educacional, o estatuto prevê a necessidade de financiamento estudantil para os jovens matriculados regularmente em instituições com boas notas no Ministério da Educação; e a obrigatoriedade de o Estado oferecer ensino médio gratuito, inclusive no horário noturno. O texto trata ainda dos direitos à saúde, cultura, ao esporte e lazer, ao meio ambiente equilibrado e à igualdade, considerando os recortes de gênero, cor e deficiências físicas.

Em dezembro, estudantes acampados em frente ao Congresso Nacional, em movimento chamado de “Ocupe Brasília”, acompanharam reuniões da CCI sobre o tema, a fim de mobilizar a sociedade em favor do texto que, se aprovado na comissão, seguirá para votação no plenário do Senado.

“Com um estatuto próprio, a juventude brasileira ganha espaço no cenário nacional, no qual é afirmado pelo Poder Público que a cada dia, reconhece a necessidade de considerar as especificidades da juventude brasileira na elaboração de políticas públicas”, disse Alexandre Silva, presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP).

O texto do Estatuto da Juventude prevê transporte público gratuito para os estudantes e meia passagem nos transportes interestadual e intermunicipal para os jovens de 15 a 29 anos. O estatuto assegura, ainda, uma série de direitos, como ações afirmativas para garantir o acesso ao ensino superior a jovens negros, indígenas, com deficiência e oriundos de escola pública.

Entre outras reivindicações dos estudantes está também o pedido de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para educação. Atualmente, o Brasil investe cerca de 5% de seu PIB no setor. **C**

Com informações da Agência Brasil e Senado.

Pronatec não atende *as necessidades do País*

Por Madalena Guasco Peixoto*

José Cruz/ABr



Lançamento do Programa

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, sancionado pela Presidenta Dilma Rousseff no dia 26 de outubro, foi alvo de críticas da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino ainda antes de sua aprovação.

A CONTEE defende um projeto de desenvolvimento nacional soberano para o Brasil, com fortalecimento da democracia e valorização do trabalho. E entende que para que esse desenvolvimento se consolide se faz necessário fundamentalmente: propiciar o avanço da ciência e tecnologia; formar profissionais capacitados; desenvolver e regulamentar a educação profissional e tecnológica; universalizar e melhorar a qualidade da educação pública; além de impedir a desnacionalização da nossa educação superior.

Entretanto, no que tange à educação profissional, o PRONATEC está longe de contribuir para o desenvolvimento soberano do Brasil. Primeiramente, o Programa, de forma equivocada, privilegia a destinação de grande aporte de recursos públicos para o setor privado, tornando-o, quase exclusivamente, responsável pela educação profissional e tecnológica em nosso País.

Garante ainda, conforme estabelecido pelo art. 6º, § 1º, a dispensa de celebração de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congêneres para o pagamento das bolsas formação às Instituições de Educação do chamado “Sistema S”, composto atualmente pelo SESI, SENAI, SENAC e SESC. Permitindo, assim, que verbas públicas sejam repassadas à iniciativa privada sem que haja um controle efetivo, com exigências e contrapartidas previamente estabelecidas.

Por princípio, a CONTEE se posiciona contra o investimento ou repasse de recursos públicos para iniciativa privada. E, no caso do PRONATEC, sem que haja, ao menos, uma contrapartida no que se refere à concepção de educação profissional e garantias de qualidade de ensino. Os recursos que poderiam ser utilizados para o desenvolvimento de uma rede pública de educação profissional passarão a ser utilizados para o fortalecimento das instituições privadas.

A relação do Programa como um todo com as empresas do “Sistema S” é outro ponto grave na opinião da Confederação. Neste aspecto, vale apresentarmos um resgate histórico.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado na Era Vargas, pelo decreto-lei 4.048/42, nasceu com a finalidade de suprir a necessidade do Brasil, que naquele momento começava a se industrializar, de possuir um sistema nacional de educação profissional.

Na ocasião, o Estado, por entender que necessitava de uma solução rápida para o gargalo da falta de mão de obra qualificada, delegou à Confederação Nacional da Indústria (CNI) o dever de desenvolver essa função. Para isso, instituiu uma contribuição para subsidiar a educação ofertada. Tal contribuição, por ter caráter público, deveria ser investida em cursos de formação profissional, dirigidos aos trabalhadores, para atender à demanda do setor produtivo.

Assim, ao longo desses quase 70 anos, desde a criação do SENAI, o “Sistema S” cresceu – integrando, além das indústrias, também os setores agrícolas, de transporte, comércio, entre outros. O número de escolas da rede também aumentou consideravelmente, porém os cursos ofertados, que deveriam ser gratuitos, passaram a ser pagos. Esta realidade exigiu do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho uma reação, que culminou em um acordo de progressividade de gratuidade nos cursos oferecidos pelo “Sistema S”.

Ainda hoje, contudo, menos de 50% dos cursos ofertados pelas redes SESI, SENAI, SENAC e SESC são gratuitos e a maioria deles possui qualidade questionável – por priorizarem tão somente a formação do trabalhador para a execução de rotinas de trabalho, sem prepará-los enquanto cidadãos, por meio de uma visão universal do mundo do trabalho. Desde 1959, a ampla maioria dos cursos não possui mais em seus currículos o conteúdo de formação geral, contando apenas com as disciplinas inerentes ao trabalho prático, ensinado nos laboratórios e oficinas.

Atualmente, para que os cursos ofertados sejam reconhecidos pelo órgão competente do Ministério da Educação

ou dos Conselhos Estaduais de Educação, que regulamentam a educação profissional, os currículos devem ser previamente apresentados, contendo, além das disciplinas ofertadas, o quadro docente. Entretanto, é sabido que, após a aprovação dos cursos, o “Sistema S” não cumpre com os projetos pedagógicos apresentados.

Seus professores são contratados como instrutores e, às vezes, na forma de “pessoa jurídica”, perdendo todos os benefícios trabalhistas e da carreira do magistério, fato que prejudica a qualidade dos serviços prestados, já que, mal remunerados e com condições de trabalho precárias, não conseguem desenvolver seu trabalho com excelência. O objetivo de caracterizar os professores como instrutores e contratá-los como “pessoa jurídica” é baratear os custos, potencializando, assim, seus ganhos.

Por isso, os trabalhadores e profissionais da educação não aceitam que o patronato receba verbas públicas, administrem as desrespeitando a legislação

educacional e ofereça cursos que sejam, exclusivamente, viáveis do ponto de vista financeiro, porém sem critérios adequados de qualidade.

Por essas razões, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino não concorda com a aprovação do PRONATEC, sem sequer a incorporação da emenda, sugerida pela CONTEE, que exigia do “Sistema S” a contratação obrigatória de professores para os cursos de nível médio, ofertados no regime do referido Programa.

Também entendemos como inadmissível o Art. 20º, que incluiu o “Sistema S” na rede federal de educação



Lançamento do Programa

*“Quem defende a educação pública não tem a mesma visão dos privatistas e essa disputa não está resolvida”
– Madalena Guasco Peixoto*

e permite a ele a criação e oferta cursos sem a prévia autorização – medida que desobrigará a apresentação do projeto político pedagógico, onde são especificados o conteúdo programático das disciplinas e o quadro docente. Sem a apresentação dos referidos projetos aos Conselhos Estaduais de Educação ou ao próprio MEC, as condições de trabalho dos professores e a qualidade do ensino serão ainda mais rebaixadas. Tal artigo retirou do Estado o papel de regulamentador da educação profissional oferecida pelo “Sistema S”, concedendo-lhe uma autonomia que contraria leis que regulamentam a educação nacional.

Um outro grave problema do programa encontra-se na falta de uma vinculação entre os cursos de qualificação e as necessidades reais de desenvolvimento dos Estados e Municípios. Apesar do programa vincular os convênios às

Secretarias Municipais e Estaduais de educação, o sistema S não possui a obrigação garantida em convenio de oferecer cursos de qualificação que se vincule ao desenvolvimento da região, assim poderá oferecer qualquer tipo de curso, importantes ou não para a região. Desta forma o Sistema S através da modalidade à distancia poderá ofertar cursos deficitários que em nada contribuirão para o desenvolvimento e para a empregabilidade, tirando assim proveito econômico do programa de qualificação de mão de obra.

Além disso, a CONTEE também não concorda com a falta de política de avaliação dos cursos oferecidos. O PRONATEC prevê que as avaliações de qualidade de ensino serão executadas pelas instituições federais credenciadas para este fim e somente serão avaliados os cursos desenvolvidos pelas instituições privadas sem fins lucrativos, ofertados pela modalidade do FIES-TÉCNICO e FIES-EMPRESA. Portanto, não estabelece critérios concretos de avaliação com diretrizes gerais. É no mínimo estranha esta concepção de avaliação, que deixa de fora parte significativa das instituições que atua na educação profissional, como se a esta já estivesse garantida a qualidade esperada.

Outra questão fundamental é que, além das exigências de carga horária mínima dos cursos e da oferta de cursos cadastrados no Ministério da Educação, não existe nenhuma referência sobre a concepção de educação profissional que orienta o Programa, reforçando a falsa ideia da relação entre qualificação profissional e empregabilidade, de educação profissional como um apêndice à educação propedêutica e de educação profissional como uma educação apenas para o exercício das habilidades específicas para a execução de função em empresas produtivas e de serviços – reforçando, por fim, uma visão reacionária, restrita e tecnicista de educação profissional.

O PRONATEC destinará, portanto, recursos públicos para as empresas que desejarem qualificar seus funcionários em cursos oferecidos pelo serviço nacional de aprendizagem e pelas instituições privadas sem fins lucrativos, através do empréstimo, via FIES-EMPRESA. Estes recursos serão destinados a formar uma mão de obra especializada para aumentar o lucro e competitividade destas empresas. No entanto, o Programa não faz nenhuma exigência quanto à garantia de emprego para os qualificados ou exigência de melhoria de qualidade de trabalho. Ou seja, o recurso público irá para as empresas com o único objetivo de ajudar o capital a aumentar suas taxas de lucro, por meio da exploração e da rotatividade de mão de obra, qualificada ou não.

A CONTEE critica ainda a vinculação do seguro desemprego (Art. 14º, que altera o art. 3º, § 1º da Lei 7.998/1990 – LEI DO FAT) à formação profissional por acreditar que tal medida não tem justificativa plausível. O desemprego não está ligado apenas à falta de capacitação profissional, mas sim à forma como se dá a exploração e a rotatividade da mão de obra, promovida pelos empresários para rebaixar o valor desta mesma mão de obra. Se esta vinculação pretende impedir que as empresas mantenham a prática de demitir formalmente funcionários para que recebam o Seguro, e continuem a trabalhar informalmente, seria muito mais adequado aumentar a fiscalização e as penalidades para as empresas que cometem este crime.

Na verdade, esta vinculação apenas servirá para aumentar a oferta de cursos de qualificação à distância, de qualidade questionável, que podem vir a ser ofertados também pelo “Sistema S”, já que a lei, diferentemente do que afirma o MEC, não deixa explícito que tal oferta será feita exclusivamente pela rede federal de educação profissional, através da E-TEC Brasil. Haja vista a euforia do “Sistema S” com o lançamento do Programa, já tendo estipulado, antes mesmo de sua aprovação, um custo/aluno que, por informe de professores da rede, seria de R\$ 8,50.

No debate sobre o PRONATEC, realizado durante a tramitação do projeto, apareceu a idéia de que este programa, já que destina mais verbas públicas para o Sistema S, possibilitará que as entidades estudantis e dos trabalhadores da educação exijam maior participação nas instâncias deliberativas do Sistema S já que hoje esta representação é irrisória e totalmente desproporcional. Esta é uma reivindicação

justa, assim como devemos também exigir democratização de todas as instituições educacionais do Sistema S.

A CONTEE acompanhará a implementação do PRONATEC em todos os Estados e continuará lutando para que o Sistema S respeite as leis educacionais e que este programa de fato represente um avanço na qualificação e formação dos jovens brasileiros.

Temos clareza de que a qualificação profissional do jovem brasileiro é urgente. Entretanto, entendemos que, acima de tudo, a formação da juventude deve estar alinhada com um projeto de desenvolvimento nacional soberano, que não pode ter como objetivo exclusivo a formação para o trabalho. Uma vez que o papel da educação, em qualquer nível, é oferecer uma formação cidadã e ampla, que garanta ao jovem e, conseqüentemente, ao País todos os elementos necessários para sua inserção social e cultural emancipadas. c

**Doutora em Educação, História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Professora Titular da PUC-SP e Coordenadora Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE).*

Juventude e *movimento sindical*

Ser jovem é querer mudar o mundo. Ou mais, transformá-lo. Uma forma de se colocar como ator no processo de mudança é participar das lutas do movimento sindical, que defende os interesses da classe trabalhadora. Para tratar do assunto, conversamos com duas das principais centrais sindicais do País – a CUT e a CTB – procurando entender como a juventude está se relacionando com o movimento sindical, suas contribuições e as perspectivas de futuro.



Foi pensando em “fazer diferença” na vida e lutar contra a exploração patronal que o jovem Vitor Espinoza, aos 22 anos, decidiu entrar na chapa que concorreria às eleições do Sindicato dos Comerciários de Taquari, cidade localizada a 100 quilômetros de Porto Alegre, capital gaúcha. Na época ele trabalhava no comércio, e sabia bem o significado de “força trabalhadora”. A chapa saiu vencedora. Isso foi em 2002. Hoje, aos 32, Espinoza é presidente do mesmo Sindicato. Em sua gestão, de dez diretores eleitos, apenas dois têm mais de 35 anos de idade. Importante reflexo da atual realidade do trabalho no Brasil. “A classe trabalhadora é formada por no mínimo 50% de jovens. Em determinadas categorias, chega a compor 75%”, arrisca.

“Percebo que do ano 2000 para cá, o tema da juventude vem ganhando muito

mais espaço e legitimidade”, avalia Rosana Sousa, secretária Nacional da Juventude da CUT – Central Única dos Trabalhadores. Em 2000, ela assumiu a direção do Sindicato dos Químicos de São Paulo, e em 2009 tornou-se a primeira secretária Nacional de Juventude da central. Desde então, vem batalhando para ampliar a participação da juventude e a presença de suas pautas no interior do movimento sindical. “Na última Plenária Nacional da CUT, por exemplo, o tema consolidou-se como estratégico. Esta mudança tem relação com a organização interna da juventude, e também com os cenários nacional e internacional”.

A organização da juventude também é tida como prioritária na CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. A Central está constituindo uma rede nacional de jovens trabalhadores que envolve os coletivos estaduais. O secretário Nacional de Juventude da entidade, Paulo Vinicius Santos da Silva (conhecido como ‘PV’), destaca como passo importante a realização da primeira Plenária Nacional de Jovens Trabalhadores da CTB. O encontro, que aconteceu em Brasília no início de dezembro de 2011, reuniu as principais lideranças jovens, incluindo secretários de juventude dos estados, de coletivos diversos e convidados. “Foi um momento muito importante. Unimos esforços de jovens de categorias variadas de trabalhadores”, afirmou. O objetivo foi debater qual o lugar da juventude no projeto nacional de desenvolvimento.

Emprego e desenvolvimento

É consenso que as políticas pensadas para a juventude são mesmo fundamentais para o Brasil dar um salto no rumo do desenvolvimento e, claro, com a valorização do trabalho. Am-

*“Nosssa defesa é de que toda juventude tenha o direito de estudar antes de entrar no mercado de trabalho.” –
Rosana Sousa
(CUT)*

bos os dirigentes concordam que a criação, em 2005, da Secretaria Nacional de Juventude do Governo Federal, assim como o Conselho Nacional de Juventude, contribuiu muito no sentido de pautar também internamente no Planalto as questões da Juventude, que forma uma grande parte da população. Especialmente ao se tratar de mercado de trabalho e emprego.

Segundo o IBGE, 54% dos desempregados no Brasil são jovens. É alarmante ver também que a taxa de desemprego entre os jovens (14%) é três vezes maior do que os adultos (4,8%). “Grande parte da juventude está em trabalhos informais, sem direitos garantidos, em postos terceirizados, com jornadas e ritmo de trabalho que os fazem adoecer, e não lhes permite de fato vi-

venciarem sua juventude”, avalia Rosana. Para ela, é tarefa dos sindicatos evidenciar que essa situação é decorrente do modelo capitalista, que tem em seu centro a necessidade de exploração dos trabalhadores, e que é preciso mudar tal realidade, buscando o desenvolvimento para sociedade.

“A maioria da população economicamente ativa não pode ficar fora da classe trabalhadora”, afirma PV. “Os índices de desemprego na juventude são os mais altos, absurdamente”, diz PV, que também membro do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE).

Jovem na luta

Fato é que é preciso mobilizar os jovens. E, porque não, trazê-los para a linha de frente na luta em favor da classe trabalhadora. Na opinião de Rosana, será possível chegar até eles pautando temas que tenham relação direta com suas vidas. “Por isso temos batalhado fortemente pela construção de um Plano Nacional de Trabalho Decente para Juventude, que traz em si a possibilidade de melhorias reais para toda juventude, seja ela urbana, rural, indígena, homens, mulheres, negros e brancos. Neste Plano, destacamos a centralidade da pauta da redução da jornada de trabalho (de 44h semanais para 40h, sem redução de salários)”, enumera. “E temos propostas àquela juventude que é da classe trabalhadora, mas ainda está na condição de estudante. Nossa defesa é de que toda juventude tenha o direito de estudar antes de entrar no mercado de trabalho.”

O que faz a juventude brasileira?

Distribuição da população jovem, segundo a situação de trabalho e de estudo (Brasil)

<i>Participaram do mercado de trabalho</i>	<i>75,0%</i>
<i>estudam</i>	<i>20,0%</i>
<i>não estudam</i>	<i>55,0%</i>
<i>Fora do mercado de trabalho</i>	<i>25,0%</i>
<i>estudam</i>	<i>10,5%</i>
<i>não estudam</i>	<i>14,6%</i>

*** 54% dos desempregados no Brasil são jovens**

* A taxa de desemprego entre os jovens (14%) é ainda três vezes maior que entre os adultos (4,8%)

Fonte: IBGE/PNDA, 2008

Dados elaborados por Rosana Sousa

Essa questão também é observada por PV. “A juventude trabalhadora é vulnerável ainda. Eles sofrem, por exemplo, com a falta de possibilidade de continuar sua educação. Concretamente, trabalhar significa deixar de estudar. Principalmente se esse jovem é chefe de uma família”, aponta. “Achamos que é preciso ter políticas para essa população poder trabalhar e seguir estudando, para escolher sua trajetória exitosa, sendo um cidadão brasileiro constituído, com família, com casa, e condição de contribuir com o país”. Ele faz uma reflexão sobre a mudança que acontece no perfil de diversas categorias, com trabalhadores cada vez mais jovens, como os metalúrgicos, bancários, comerciários, tele-atendentes, entre outros. “Existe a demanda de uma comunicação e uma luta específica, um olhar particular sobre essa geração”, avalia



Em rede

Atualmente o movimento sindical tem tido grande preocupação e atuação na internet por meio das redes sociais, como Twitter, Facebook e Orkut. “Falam” à militância juvenil, disseminam suas idéias, compartilham propostas, eventos, cursos, dados históricos etc. Porém, além de informar, há a necessidade de ter uma militância melhor formada. As redes sociais e web entram em cena novamente para tornar isso possível. “Achamos que é preciso avançar mais nessa área, utilizando ferramentas não presenciais, que alcançariam toda a juventude. As pessoas têm o direito de querer saber o que é o movimento sindical de forma mais didática, para entrar na luta. Já está tudo disponível na rede. Temos utilizado essa metodologia, mas acho que o sistema precisa ser melhor articulado, mais metódico, para chegar a milhares e milhares de jovens que não precisarão viajar a outros estados para adquirir conhecimento”, sugere PV.

É notória a preocupação e o esforço do movimento sindical de trabalhadores no sentido de acompanhar as recentes evoluções, protagonizar as relações nas redes sociais e modernizar a sua comunicação virtual. Com isso, em muitos casos, cresce o número de lideran-

ças jovens nos sindicatos e centrais. “Isso é muito importante e valioso. Mostra que a juventude tem todas as condições e pode estar na direção do movimento também”, declara a secretária da CUT. Mesma percepção de da CTB. “O movimento deve corresponder à representatividade da categoria, ou seja, com essa presença maior de jovens, é preciso investir mais na liderança juvenil sindical, de modo a contribuir com um chamado a essa nova geração para ingressar na luta dos trabalhadores. Em defesa de mais conquistas, de mudanças para o Brasil, e em aprofundamentos de políticas para a juventude”, acredita PV. **c**

“É preciso investir mais na liderança juvenil sindical, de modo a contribuir com um chamado a essa nova geração para ingressar na luta dos trabalhadores.”
— Paulo Vinícius Santos da Silva (CTB)

Juventude, drogas e democracia: *relações delicadas*

Por Regina Novaes*

Em artigo, a antropóloga Regina Novaes fala sobre a legalização do uso de drogas e o papel da juventude nesse debate.



O consumo da maconha deve ser legalizado? Esta foi uma das 50 perguntas feitas recentemente para 14 mil pessoas, jovens e adultos, em seis países da América do Sul. A pesquisa comparou percepções entre gerações, foi realizada pelo IBOPE, por encomenda do IBASE. Em dois países, Bolívia e Paraguai, os resultados indicam forte rejeição, sem diferenças geracionais. Já no Uruguai e no Chile são significativas as distâncias entre percepções de adultos e jovens, com maior grau de concordância dos jovens. O Brasil, ao lado da Argentina, fica em posições intermediária, indicando apenas uma tendência de maior concordância entre jovens.

Concordam com a legalização do consumo da maconha:

	Jovens%	Adultos%
Uruguai	45	27,5
Chile	37	22
Argentina	23	17
Brasil	22	15,5
Bolívia	7	7
Paraguai	6	7

Fonte: "Juventude e Integração Sulamericana: diálogos para construir a democracia regional" IBASE/POLIS/IDRC

Caberia à juventude questionar o hiato entre legislação repressiva vigente e a presença cotidiana das chamadas "drogas ilícitas" na vida desta geração juvenil? Um olhar otimista evocaria o papel questionador que a juventude pode desempenhar em contextos históricos que exigem mudança e inovação. Um olhar pessimista poderia evocar o conservadorismo da juventude de hoje, consumista e individualista, mais interessada em "se dar bem". De fato, a juventude é um espelho retrovisor da sociedade. Em tempos de incerteza e fragmentação social, as opiniões de parcelas da juventude também incorporam discursos repressivos, expectativas contraditórias, assim como refletem embates de valores presentes na sociedade.

São delicadas as relações entre juventude, drogas e democracia. Até mesmo porque, quando se fala em "juventude", o que conta não é apenas a faixa etária, no Brasil definida entre 15 e 29 anos. São muitas as juventudes com suas desigualdades e diferenças. Os jovens têm diferentes rostos, cores, gênero, situações econômicas, orientações sexuais, crenças, locais de moradia e, ainda, diversificadas experiências de convivência com as chamadas "drogas ilícitas".

Mas, há um outro lado da medalha. Como evidenciam tantas pesquisas, os jovens são os mais afetados pela perversa combinação entre tráfico de drogas ilícitas/ proliferação de armas de fogo/ fracasso da ação pública policial. Violência e corrupção de diferentes tipos e graus sustentam este tripé. Jovens negros, do sexo masculino, moradores das favelas são os mais atingidos, que mais morrem. Porém, praticamente todos os jovens têm algo a contar sobre humilhações, azaques, constrangimentos causados por policiais. A falta de liberdade de ir e vir, as escolhas de lugares de lazer; os sofrimentos com mortes prematuras de irmãos, primos, amigos fazem com que o tema "drogas" seja onipresente, constitutivo da sociabilidade dos jovens desta geração. Em entrevistas ou grupos de discussão, os jovens rapazes e moças de diferentes classes sociais e locais de moradia comentam "não tem

mais lugar que eu chegue que não tenha drogas, ela está em todos os lugares”, “você vai ali na esquina e pode comprar”. São relatos como estes que aproximam diferentes segmentos juvenis. Porém, a pergunta “o que fazer?” recoloca muitas diferenças entre eles e elas.

Pesquisa realizada entre os 2.500 jovens que participaram, em 2008, da Primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, colocou a seguinte questão: “Legalização do uso de drogas”, gostaria de saber se você é contra ou a favor? E obteve como resposta a favor 15,6% e completamente a favor 10,6%. Somando estes percentuais temos 25,2%, ou seja pouco mais do que aqueles 22% alcançados na pesquisa acima citada, realizada com uma amostra representativa nacional. Ou seja, mesmo entre os jovens que participam de grupos, redes e movimentos culturais e políticos, embora haja um percentual um pouco maior de concordância, também estamos longe de uma única opinião sobre o assunto.

Percepção dos participantes da Conferência Nacional de Juventude sobre a Legalização do uso de drogas - Brasília, 2008

<i>Legalização do uso de drogas</i>	<i>%</i>	<i>N</i>
Totalmente Contra	43,2	801
Contra	17,3	321
A favor	15,6	290
Completamente a favor	10,6	196
Indiferente	10,0	185
Em branco	3,3	61
<i>Total</i>	<i>100,0</i>	<i>1.854</i>

Fonte: Conselho Nacional de Juventude e Secretaria Nacional de Juventude-Pesquisa Políticas de Juventude, Bandeiras e Participação: Perfil, Percepções e Recomendações dos Participantes da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. (coord. Castro e Abramovay 2008).

Nota: Foi perguntado: Para a frase: `Legalização do uso de drogas`, gostaria de saber se você é a favor ou é contra?

Em espaços de mobilização juvenil, também circulam diferentes argumentos e posições. Segundo pesquisa qualitativa, realizada na mesma Primeira Conferência, jovens feministas e ambientalistas são a favor da “legalização do uso de drogas”, seus argumentos iniciam

na necessidade de ampliação da liberdade de escolha e apontam para relações entre qualidade de vida e auto cultivo. Porém, jovens do hip hop, quilombolas, de grupos religiosos, sindicalistas, entre outros, se posicionaram contra. Seriam os jovens dos setores populares os mais conservadores? Quais são seus argumentos?

“Hoje os filhos das famílias ricas já tem oportunidade de se tratar nas clínicas particulares ou nas clínicas religiosas, para a juventude da periferia ou é prisão ou é morte (...) “O nosso Estado não tem condições nem de tratar situações de emergência, quanto mais os usuários de drogas...” Então para legalizar a estrutura de saúde pública tem que ser outra.” (...) “A legalização é uma coisa que vai favorecer somente a elite, os filhos da elite, aquele que anda com cinco trouxinhas no bolso e se for pego é filho de juiz, mas um moleque que estiver apertando um baseado vai ser sempre um marginal, porque você não precisa estar usando drogas na favela para você ser um marginal (...) Então eu sou contra a legalização das drogas”.

“Como pensar apenas em descriminalização da maconha como questão de saúde pública quando o que está em jogo são os efeitos devastadores do crack entre os jovens pobres?”

De maneira geral, os participantes do I Conferência não discordam que se trata de uma questão de “saúde pública” e que há necessidade de “po-

líticas de redução de danos” para quem não pode, não quer ou não consegue parar de usar drogas. Porém, baseados em experiências concretas, expressam preocupações que ultrapassam a questão da legislação. Falam de preconceitos sociais arraigados e de um mercado mutante de drogas. Seus depoimentos trazem novas questões para a equação juventude, drogas e violência.

É verdade que a violência que atinge os jovens das favelas e periferias tem sua origem histórica na ausência de poderes públicos e na dominação territorial dos traficantes. Mas o que os jovens estão dizendo é que - hoje - a derrocada do tráfico não acabará automaticamente com as distintas formas de violência que os afeta. Como demonstra a experiência das milícias no Rio de Janeiro, para além das drogas, hoje nas áreas pobres e violentas o monopólio de outros “produtos e serviços” também gera opressão. Para fazer face à violência que os afeta é preciso considerar, ao mesmo tempo, três dimensões: campanhas de prevenção que veiculem informações de maneira a ampliar a compreensão entre a própria juventude; medidas que favoreçam acesso aos equipamentos especializados de saúde e, também, iniciativas voltadas para mudança na legislação.

As campanhas educativas com olhar multidisciplinar devem ser realistas, ou seja, partir do princípio de que o consumo não vai diminuir com ameaças, mas

sim com informações francas e diretas. Devem ser compatíveis com o que os jovens observam no cotidiano, ou seja devem reconhecer a existência de diversos tipos de uso (recreativo, abusivo eventual, compulsivo) e apresentar as melhores maneiras de lidar com os problemas decorrentes desses usos. Contextualizar os efeitos das drogas ilícitas significa refletir sobre diferenças e semelhanças entre os efeitos causados pelas diversas drogas, inclusive o álcool, o tabaco, antidepressivos e emagrecedores. Este tipo de Campanha pode ter efeitos sobre a opinião dos jovens, pois enfrenta tabus e vai além da hipocrisia com a qual os mais velhos ensinam os jovens a tratar o assunto (sobretudo em público).

Por outro lado, os jovens conhecem os hiatos entre o país legal e o país real. O sistema previsto pelo SUS não é posto em prática. As intervenções de tratamento não são feitas “dentro da lei”. Até mesmo porque o real fortalecimento de políticas de tratamento na ótica de “redução de danos” depende da capacitação qualificada de profissionais não apenas da área de saúde, mas também de educação, esporte, lazer, cultura, segurança pública. A capacitação de policiais, por exemplo, precisa contemplar o treinamento para atendimento em situações emergenciais (desmaios, vômitos, overdoses, etc). Neste sentido, o tratamento não pode se restringir aos necessários postos de atendimento. Ações voltadas especificamente aos jovens devem acontecer nos postos de saúde, mas também por meio da perspectiva psicossocial, de base comunitária. Só esta combinação pode interromper trajetórias juvenis irreversíveis, mortes causadas pelo uso de drogas lícitas e ilícitas.

A rigor, para aproximar os jovens desta discussão é preciso desbloquear o debate e considerar os vários ângulos da questão. Um passo importante seria repensar a instância adequada para coordenar essa área no governo federal. A Secretaria Nacional Antidrogas faz parte do Gabinete de Segurança Institucional. No entanto, a realidade dos jovens de hoje está a exigir um novo enfoque, é imprescindível lograr o envolvimento efetivo das pastas da Justiça, da Saúde, da Educação, dos Direitos Humanos, do Meio Ambiente.

Certamente, também é necessário levar em conta experiências em curso em outros países. Porém, o Brasil pode chegar a um caminho próprio e inventivo. Com este objetivo, é fundamental eximir de quaisquer penalidades os veículos que divulguem informações qualificadas relativas ao consumo de drogas consideradas ilícitas. No momento atual, não só os diferentes meios de comunicação, mas as instituições como universidades, escolas, Igrejas deveriam ser desafiadas a promover e a renovar este debate. Para tanto é urgente envolver diferentes segmentos juvenis – com suas experiências e dúvidas - no debate público sobre as realidades e as leis de drogas no país. **c**

Roosevelt Pinheiro-Abreu



** Regina Novaes é antropóloga. É ex-presidente do Conselho Nacional de Juventude e atualmente, como pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisas, prossegue desenvolvendo o Projeto Juventude, Identidades e Expressões Culturais. É Consultora do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas), onde coordena a Pesquisa Juventudes Sul Americanas e também participa como consultora sênior do Informe sobre Juventude no Mercosul, em realização pelo PNUD/Nações Unidas. Publicou vários livros e artigos em revistas especializadas. Artigo foi publicado originalmente no site <http://www.comunidadessegura.org/fr/node/43628>.*

Jovem: sujeito estratégico *para o desenvolvimento*

A CONTEÚDO – Especial Juventude conversou exclusivamente com a Secretária Nacional de Juventude, Severine Macedo, sobre a realização da II Conferência Nacional de Juventude, que aconteceu em dezembro de 2011, e os desafios a serem enfrentados para ampliar as conquistas dessa parcela importante da população brasileira.

Antonio Cruz/ABr



Como foi o processo de construção da II Conferência Nacional de Juventude?

Severine Macedo – Foi muito rico. Na primeira Conferência, tivemos pouco mais de 400 municípios participantes. Nesta edição, foram em torno de 1500 municípios, que participaram do processo preparatório. Então, triplicou o número de municípios acompanhando a Conferência. Isso demonstra que tem um processo político em que o debate vai se afirmando e que, ao mesmo tempo, tem uma cultura de participação juvenil nos municípios. A gente ainda teve a realização de uma Conferência virtual, onde os jovens puderam fazer sugestões pela internet. Foi um amplo processo envolvendo também as Conferências livres, organizadas pelos próprios movimentos, pelos grupos juvenis, colégios. Foi muito mobilizado, um bom debate político. Ficamos muito satisfeitos, porque vai nessa linha de efetivamente ir consolidando e tendo uma cultura de participação maior de nível local e também nacional.

Qual a sua avaliação da etapa nacional da Conferência?

Severine Macedo – Nós tivemos mais de 2000 jovens na etapa nacional, foram 1400 delegados e muitos observadores e convidados. Uma juventude muito diversa. A Conferência representou esse rosto,

“A Conferência representou a cara da juventude brasileira”.



Fotos: Secretaria Nacional de Juventude

essa cara da juventude brasileira. Tivemos jovens de todos os segmentos. Não teve um grupo juvenil que saiu da Conferência sem se enxergar dentro das relações políticas, porque a metodologia, que envolveu muitos trabalhos em grupo, foi para que os jovens elessem suas prioridades, debatendo entre os próprios jovens. Então, não teve um espaço onde um grupo decidiu por todos. Foi um processo de construção coletiva de fato. Esse saldo é muito positivo, conseguir construir políticas que sejam estruturantes, específicas e deem conta de todos esses recortes. Acho que as resoluções conseguiram traduzir um pouco isso. Nossos grupos de trabalho definiram temas, como maior acesso da educação a todos os níveis, qualidade da educação, fortalecimento dos jovens indígenas, execução das políticas de território, o Estado construir um sistema nacional de juventude, políticas na área do esporte, geração de renda para os jovens rurais, políticas na área da comunicação, na área da participação.

A gente conseguiu ir além nessa perspectiva da consolidação dos direitos, avançando no papel dos jovens para o desenvolvimento nacional. Por isso, o tema dessa Conferência foi “Conquistar direitos e desenvolver o Brasil”. Exatamente para conquistar essa relação num período em que os jovens representam 53 milhões de pessoas, entre 15 e 29 anos. Então, têm um peso econômico, social e político, cultural muito grande no País. É necessário, e a Conferência trabalhou sobre isso, que os jovens sejam cada vez mais incluídos no processo e que também sejam promotores de desenvolvimento.

Outro papel importante da Conferência foi fortalecer a perspectiva da construção dos instrumentos legais, dos marcos legais, que ajudem a efetivar a política de juventude. Porque não basta só você ter resoluções

boas, se nós não tivermos instrumentos legais que permitam a implementação delas. Então, a Conferência reafirmou o papel importante de construir um Plano Nacional de Juventude. A Secretaria quer, a partir das resoluções, retomar o diálogo para aprovar a proposta do Plano, que tramita na Câmara dos Deputados.

Não adianta ter programas federais, se eles não chegam a todos os cantos do país e sem que os Municípios e Estados assumam essa pauta. Nós estamos discutindo a criação do Observatório da Juventude aqui na Secretaria para fortalecer essa participação social.

A participação política dos jovens foi bastante discutida na Conferência. Como você vê essa questão?

Severine Macedo
— Eu acho extremamente

importante, porque há uma tentativa de alguns segmentos da sociedade, da própria mídia, de alguns segmentos mais tradicionais, conservadores, que tentam pregar uma lógica de que a participação nos partidos é desnecessária. Tentam pregar que os partidos tentam hegemonizar a pauta da juventude e criar uma outra tese, que se vale aos movimentos autônomos sem vinculação nenhuma.

A Conferência ajuda na medida em que ela constrói um nível de participação, onde jovens de vários segmentos, não necessariamente de juventudes partidárias, podem opinar e decidir e, inclusive, ampliar o entendimento da importância da participação partidária.

O nosso entendimento é que todos esses tipos de movimentos são importantes, tanto os autônomos, quanto a galera que discute pela internet e prefere opinar no Facebook e no Twitter,

“Foi um processo de construção

quanto aquele movimento mais comunitário, que se organiza em torno da melhoria das condições de moradia do seu bairro. Ou o jovem que ocupa a universidade ou a juventude que se organiza no movimento sindical, no movimento cultural e também a juventude partidária.

Os partidos são um sistema importante no processo da democracia e os jovens precisam, se quiserem também decidir algumas mudanças mais profundas, estar disputando vagas de vereadores, sendo candidatos a prefeitos, deputados, senadores ou mesmo nos espaços executivos do legislativo, porque é ali também que se constrói um conjunto de ações.

Eu acho que é muito importante a participação. Respeito quem não gosta e quem não participa, porque tem inúmeras formas de participar, mas não concordo com a tese de rechaço ou de minimização dos partidos políticos no processo democrático, participativo. A juventude deveria entrar nesse debate da reforma política com mais força, defendendo suas posições.

Qual a importância da participação da juventude no movimento sindical?

Severine Macedo – As entidades sindicais são movimentos extremamente importantes e consolidados no sentido do seu papel na sociedade. Foram importantíssimas para o processo de redemocratização, de defesa, de garantia de uma série de direitos, que a gente conquistou no Brasil para os trabalhadores e trabalhadoras, e têm muita luta ainda pela frente, com muito direito a ser manti-

do e outros conquistados.

Eu fui militando no movimento sindical. Era da FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar. Desde os meus dezessete anos, até pouco tempo atrás, estava no sindicato de agricultura familiar. Acompanhei de dentro a luta de um segmento específico dos trabalhadores do Brasil. Por outro lado, eu acho que falta para muitos segmentos do movimento sindical entender melhor o papel da juventude. Acho que tem que ter um entendimento da importância dessa participação, do papel dessas organizações, e da luta dos trabalhadores da juventude. Mas falta também um peso e um entendimento maior do que significa a política da juventude.

Acho que cabe ainda um amadurecimento e uma

“A gente conseguiu ir além nessa perspectiva da consolidação dos direitos, avançando no papel dos jovens para o desenvolvimento nacional”.



coletiva de fato”.

aposta, também por parte do nosso movimento sindical, na juventude. Tem alguns setores que ainda não perceberem o quão estratégico é o tema da juventude no todo da sua política.

O que poderia ser feito para atrair a juventude para a luta sindical?

Severine Macedo –

Eu acho que tem que falar a linguagem da galera. Ter espaços de discussão que sejam mais atrativos para os jovens, que consigam dialogar, não só pela agenda tradicional, de reunião, de plenário, de mobilização, no local em que esses jovens estão.

E também atualizar a agenda política nas temáticas que são importantes para a juventude. Discutir o trabalho decente, a geração de emprego, a defesa dos direitos trabalhistas, as agendas específicas de cada segmento do movimento sindical, mas também o acesso ao lazer, à defesa do tempo livre para ser jovem, maior condição de articulação entre educação e trabalho — porque muitos jovens acabam desistindo de continuar os seus estudos, porque tem que trabalhar e ajudar a sustentar a família. A educação, às vezes, acaba ficando em segundo plano.

A luta é para que os jovens das classes populares tenham as mesmas condições que os jovens das classes mais abastadas da sociedade. Discutir o direito desse jovem a não só trabalhar, a não só estudar, mas a fazer uma conciliação, para que ele possa ter acesso à cultura, ao lazer e possa construir as trajetórias individuais e coletivas numa outra perspectiva.

Qual a sua avaliação da atuação da Secretaria Nacional de Juventude?

Severine Macedo – Acho que a gente avançou muito nas políticas no governo federal. A criação da Secretaria de Juventude, em 2005, do CONJUVE (Conselho Nacional de Juventude) e do PROJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens) foram muito importantes para dar um pontapé e demarcar, dentro do Estado brasileiro, a importância da política para a juventude. Houve uma inversão de lógica de como os jovens eram vistos e tratados — deixando



de ser um problema para ser um segmento que tem características próprias e um conjunto de políticas específicas.

Acho que se rompeu uma lógica em que o Estado brasileiro trabalhava e isso permitiu a abertura de novos programas, a criação de uma série de políticas, como o PROUNI (Programa Universidade Para Todos). Mas a gente sabe que ainda está longe de ser o ideal, por que é um processo de construção e é também um processo de conscientização dentro do Estado brasileiro.

O empenho da Secretaria é para demarcar e fortalecer a lógica do jovem, como sujeito estratégico para o desenvolvimento. Dessa forma conquistamos marcos legais, avançando para consolidar ações como políticas de Estado. c

“A luta é para que os jovens das classes populares tenham as mesmas condições que os jovens das classes mais abastadas da sociedade”.

SAAEMG entre a juventude

O SAAEMG sempre priorizou a participação do jovem no movimento sindical principalmente por dois motivos: 33% do contingente de associados ao Sindicato são formados por Auxiliares de Administração Escolar menores de 30 anos e pela necessidade de criação de lideranças para a condução do movimento. Se considerarmos o limite de 35 anos de idade, este percentual sobe para 47% dos associados. Coerente com esta realidade e com a preocupação com a formação e renovação de novas lideranças sindicais, a Diretoria Executiva do SAAEMG possui 30% de jovens com idade inferior a 30 anos e esse mesmo percentual na Diretoria Geral da entidade.

Com esta visão, através do seu Diretor Regional do Leste Mineiro, Deyller Moura Silva de Paula, o SAAEMG assumiu no primeiro semestre de 2011 a coordenação estadual da juventude da CTB-Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. Recentemente na I Plenária Nacional da CTB, realizada em Brasília nos dias 12 e 13 de Dezembro de 2011, este mesmo Diretor foi eleito membro do coletivo nacional da juventude.

Dando continuidade a esta política de renovação de liderança, o Sindicato planeja para 2012 várias atividades de formação direcionadas para a juventude com intuito de inserir cada vez mais o jovem no movimento sindical.

Sinpro Itajaí e Região:

Consciência, juventude e mobilização: um processo, uma retomada, um novo começo.



Como nas ruas de Paris. Como nas vielas de Santiago do Chile. Assim como nas calçadas do Egito. E tal qual na reitoria da Universidade de São Paulo. O que se vê e ouve são os gritos e manifestações de uma juventude organizada que vem exigindo respeito, qualidade na educação e mais transparência e zelo com os bens e serviços públicos. Parece o contrário, mas há grandes indícios de que a juventude ecoa pelo mundo um só grito, um só desejo: dignidade e igualdade.

Boa parte dessa juventude, também está nas salas de aulas, ampliando seus conhecimentos e procurando entender como se dá a vida na sociedade. Estão começando a perceber que a vida se abre para outros muros, que vão além de seus afazeres como estudantes. Lá fora, alguém, alguma aula, algum olhar mais atento chama para o despertar de um processo de conscientização do jovem como um ser social, que tem uma vida coletiva.

Pelas ruas de Itajaí e Balneário Camboriú, ecoaram vozes de jovens descontentes com a política educacional brasileira, com a falta de respeito ao usuário do transporte público, pela valorização dos projetos culturais e de ações afirmativas para a juventude. A partir de um processo de discussão em salas de aula, em projetos de estudo e também através das redes sociais, os estudantes saíram às ruas e chamaram a atenção para estas bandeiras de lutas.

Entre os meses de outubro e novembro, pequenas ações mobilizadoras de jovens insatisfeitos tiveram o apoio dos dirigentes do Sinpro Itajaí e Região, que atuou como um incentivador, deixando que a própria juventude se organizasse e buscasse seu canal de discussão com a sociedade. Eles assim fizeram com seus cartazes, suas tintas no rosto, suas camisetas pretas e suas vozes de indignação.

Todo este processo de mobilização que a juventude da região está marcando, já pode ser considerado histórico. Mesmo sendo pequenas ações, pequenas inserções na mídia, pequenas paradas de trânsito. Itajaí e Balneário Camboriú trazem em sua história pouquíssima memória de organizações estudantis atuantes e com poder de organização. Neste sentido, toda ação que verbalize os anseios e necessidades da juventude da região, é um bom sinal de que, (se) mentes com consciência coletiva podem estar brotando aqui nesses mares.

Um fator extremamente importante é o engajamento de professores que sabem o tamanho de suas responsabilidades na formação integral do aluno. Apresentar aos estudantes conceitos históricos e econômicos, fazer com que compreendam as reais intenções de fatos e notícias expostas nas mídias, levá-los a compreender o que é a desigualdade e como ela está próxima de todos, é uma situação que um educador não pode se furtar. Tem que fazer parte deste momento histórico também.

O jovem precisa estar consciente de que há um mundo de desigualdade que não permite o acesso a todos os estudantes ao ensino superior, por exemplo. Uma desigualdade que margeia sua vida mas que, por conta da máscara do sistema, ele não vê, não enxerga. Uma intervenção consciente, organizada e desencadeada pelos próprios estudantes surge como uma forma de questionar a sociedade, buscar alternativas e mostram que com voz, cara e coração a juventude se organiza e pode sempre fazer um novo começo.



Protesto de estudantes em 15 de outubro, Dia dos Professores, em Balneário Camboriú/SC. As reivindicações eram 10% do PIB para Educação, valorização dos Professores, Educação com mais qualidade, segurança nas escolas entre outras.

FITEE

Valorização começa com ganho real

A Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Fitee) lançou, no 18º Consind, a campanha unificada pela valorização dos professores e auxiliares de administração escolar do setor privado. O objetivo é reunir os sindicatos filiados à Fitee (Sinpro Minas, Sinpro/ES, Saae/MG, Saae/ES e Sinaae/JF) para fortalecer a mobilização, em 2012, por melhores salários e condições de trabalho.

As peças publicitárias da campanha trazem o slogan Valorização começa com ganho real. “As ações conjuntas visam fortalecer as lutas que normalmente são travadas com os mesmos padrões, porém de forma isolada. Com o foco na ampliação do poder de compra dos salários como o primeiro passo para a valorização dos trabalhadores na educação privada, a campanha unificada alcançará melhores resultados, com benefícios para todos”, afirmam as entidades, no folder de divulgação da campanha.



Sinpro Minas: campanha pela paz nas escolas ganha a mídia



O Sinpro Minas divulgou o primeiro balanço sobre os atendimentos registrados no disque-denúncia, serviço 0800 criado em fevereiro deste ano para receber as ocorrências de violência contra professores nas escolas. Até outubro, a média foi de uma denúncia de violência em escolas particulares de Minas Gerais a cada 6 dias.

A iniciativa deu origem a Campanha pela Paz nas Escolas que teve o apoio da agência de publicidade Pro Brasil e da mídia na divulgação. Um vídeo de 30 segundos está sendo veiculado nas principais emissoras, em Minas. Para conhecer as peças acesse www.paznasescolas.org.br. O slogan da campanha é “Tem algo de errado na escola. É hora de corrigir”.

Sinpro-Rio consegue na Justiça que Gama Filho seja obrigada a reintegrar professores demitidos

A juíza da 22ª Vara do Trabalho, Dra. Claudia Reina, concedeu liminar, em Ação Civil Pública proposta pelo Sinpro-Rio, anulando as demissões dos professores da Gama Filho.

A juíza fundamentou que as dispensas coletivas devem ser precedidas de tentativa de negociação, o que não ocorreu; e também que a Gama Filho não submeteu aos Conselhos Universitários - órgãos colegiados, as dispensas efetivadas, violando o art. 53 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

Foi fixada multa de R\$ 5.000,00 pela magistrada, por cada professor, na hipótese de descumprimento da decisão pela Gama Filho.

Ministério Público media tratativas sobre trabalho extraclasse

Comunicação Sinpro/RS



MPT mediará tratativas para garantir o direito ao descanso

Está agendada para o próximo dia 9 de março, em Porto Alegre, a segunda reunião entre Sinpro/RS e Sinepe/RS, mediada pelo Ministério Público do Trabalho – MPT, em busca de um consenso em relação às condições que garantam o direito ao descanso dos professores do ensino privado gaúcho.

Na primeira reunião, em 20 de dezembro (foto), ficou definido que esta demanda do Sinpro/RS continuará sendo debatida e negociada com a mediação do MPT e que o Sindicato Patronal levará a discussão para as instituições.

O problema chegou ao MP via denúncia do Sinpro/RS em setembro de 2011, sobre o excesso de trabalho decorrente da multiplicidade de atividades impostas pelas instituições e o descumprimento da legislação trabalhista. Diante da negativa histórica das direções das instituições em reconhecer a exaustão dos professores provocada pelo desrespeito aos períodos de não trabalho, a direção do Sinpro/RS entregou um documento ao MPT, com proposições no sentido de preservar o direito dos professores.

O MPT realizou Audiência Pública, no dia 9 de dezembro, e propôs que sindicatos e instituições de ensino busquem uma solução negociada. O assunto também chegou à Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do RS, que realizou uma audiência pública em 29 de novembro.

SINPROEP-DF: 2012 movimentado

O ano de 2012 será bastante movimentado para o Sinproep-DF. O Sindicato mudou-se para sua sede nova no Setor de Indústrias Gráficas (SIG-SUL), onde ocupa agora um prédio de quatro pavimentos, adquirido com recursos próprios.

Além disso, o Sindicato vai dar continuidade ao seu programa habitacional, com a entrega do projeto final do empreendimento, na Secretaria de Habitação do DF, no intuito de agilizar o início das obras dos 110 apartamentos em Samambaia. O prazo de entrega das residências está previsto para o final de 2013.

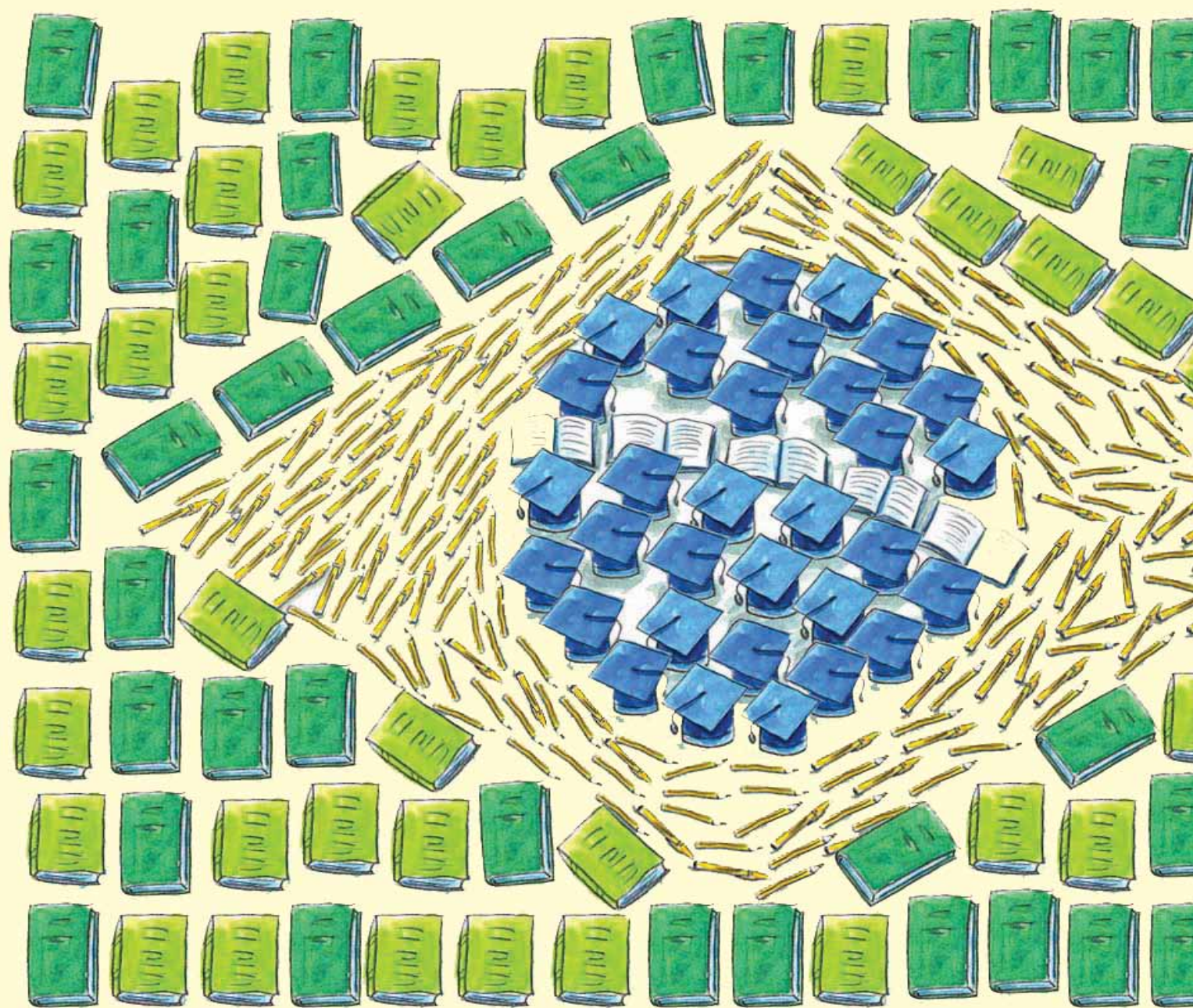
No início do ano, a entidade realiza seu 6º Seminário de Educação Básica. O evento tem por objetivo dar continuidade ao projeto de capacitação e formação continuada dos professores. O curso é voltado para os docentes que desenvolvem o trabalho na educação infantil, educação fundamental e ensino médio. Nesse sentido, o sindicato convida estudiosos renomados para proferir as palestras e confere certificados aos participantes.





A Importância da Educação no Projeto *de Desenvolvimento do País*¹

Por Dermeval Saviani²





Ultimamente tenho me manifestado por diversas vezes sobre essa questão da relação entre educação e o projeto de desenvolvimento do país.

Fui levado a explorar esse aspecto à vista da recalcitrância de nossas elites, em especial quando investidas no poder político, no que se refere ao financiamento da educação. Com efeito, examinando a história da educação no Brasil constatamos como desde a vinda dos primeiros jesuítas, em 1549, cumprindo mandato de D. João III, passando pelo subsídio literário da época pombalina chegando ao período do império e à fase republicana, os recursos destinados à educação foram sempre escassos. E até mesmo quando se aprovou legislação definindo percentuais mínimos a serem investidos no ensino, além desses percentuais serem entendido como máximos e não mínimos, a própria legislação era reiteradamente descumprida. Exemplifiquemos esse fenômeno reportando-nos apenas ao período republicano.

Ao longo da Primeira República o ensino permaneceu praticamente estagnado, o que pode ser ilustrado com o número de analfabetos em relação à população total, que se manteve no índice de 65% entre 1900 e 1920, sendo que o seu número absoluto aumentou de 6.348.869 em 1900, para 11.401.715 em 1920. A partir da década de 1930, com o incremento da industrialização e urbanização, começa a haver, também, um incremento correspondente nos índices de escolarização sempre, porém, em ritmo aquém do necessário à vista dos escassos investimentos. Assim, os investimentos federais em ensino passam de 2,1%, em 1932, para 2,5% em 1936; os estaduais se reduzem de 15,0% para 13,4% e os municipais se ampliam de 8,1% para 8,3% no mesmo período (RIBEIRO, 2003, p. 117). Isso não obstante a Constituição de 1934 ter determinado que a União e os municípios deveriam aplicar nunca menos de 10% e os estados 20% da arrecadação de impostos “na manutenção e desenvolvimento dos sistemas educacionais” (art. 156). Essa vincula-

ção orçamentária foi retirada na Constituição de 1937, do Estado Novo, e foi retomada na Carta de 1946, que fixou em 20% a obrigação mínima dos estados e municípios e 10% da União. No entanto, em 1955 tínhamos os seguintes índices: União, 5,7%; estados, 13,7%; municípios, 11,4%. A Constituição do regime militar, de 1967 e a Emenda de 1969, voltaram a excluir a vinculação orçamentária³. Constatase, então, que o orçamento da União para educação e cultura caiu de 9, 6% em 1965, para 4,31% em 1975.

A Emenda Constitucional de 1969 indiretamente restabeleceu a vinculação orçamentária apenas para os municípios ao determinar, na alínea f do § 3º, Inciso II do Art. 15, que o Estado poderá intervir no município que não aplicar no ensino primário, em cada ano, pelo menos 20% da receita tributária municipal.

A atual Constituição, promulgada em 1988 restabeleceu a vinculação fixando 18% para a União e 25% para

estados e municípios. E, como o texto constitucional estabelece esses percentuais mínimos em relação à “receita resultante de impostos”, além do desrespeito contumaz à norma estabelecida na Carta Magna, encontrou-se, especialmente a partir do governo FHC, um outro mecanismo de burlar essa exigência. Passou-se a criar novas fontes de receita nomeando-as, porém, não com a palavra “imposto”, mas utilizando o termo “contribuição”, como são os casos da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), CIDE (Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico). A essas receitas, como não recebem o nome de impostos, não se aplica a vinculação orçamentária constitucional dirigida à educação. Além disso, também a partir do governo FHC, instituiu-se a DRU (Desvinculação das Receitas da União) que permite subtrair 20% das vinculações orçamentárias.

Tomemos, então, para considerar a situação atual, um índice de caráter global e, ao menos por enquanto, ainda não atingido pelos truques e “jeitinhos” em que são mestres as nossas elites econômicas e políticas: o PIB (Produto Interno Bruto), isto é, a soma de todas as riquezas produzidas pelo país. Calculado pela nova metodologia do IBGE, o PIB brasileiro em 2006 foi de 2 trilhões e 322 bilhões de reais. Isso significa que, levando-se em conta a informação do próprio MEC de que o Brasil gasta em educação 4,3% do PIB, os gastos para 2007 deveriam ser da ordem de 99 bilhões e 846 milhões de reais. Assim, mesmo descontando-se os gastos com ensino superior, que não chegam a um por cento do PIB, o total de 43 bilhões e 100 milhões previstos para o FUNDEB em 2007 está muito aquém do que corresponderia a esse ano. Com efeito, mesmo que fossem destinados 23 bilhões (1% do PIB de 2006) ao ensino superior, o montante a ser destinado à educação básica seria de 76 bilhões e 800 milhões, muito superior, portanto, ao valor de 43 bilhões e 100 milhões programados para 2007.

Não bastasse essa recalcitrância, quando os educadores, de forma organizada, externavam os reclamos pelo aumento de recursos financeiros, os governantes e seus assessores econômicos argumentavam com a escassez de recursos alegando que o país tem muitas necessidades e, dada a pobreza do país, se atendessem às reivindicações da área de educação as demais áreas, igualmente necessitadas, ficariam a descoberto. Vinha à tona, assim, a famosa “teoria” do cobertor curto.

Constatando que, ao mesmo tempo em que os governantes justificavam a penúria de verbas, nos últimos anos foi se disse-

minando um discurso que afirmava a educação como fator estratégico na assim chamada “sociedade do conhecimento” que caracteriza a contemporaneidade, resolvi construir, então, uma espécie de argumento “ad hominem”. Ou seja, tomei a própria argumentação frequentemente esgrimida por empresários e políticos como base de uma proposta de aumento exponencial dos recursos para a educação.

Divulguei essa proposta na conclusão do livro *Da nova LDB ao FUNDEB* (SAVIANI, 2007, p. 297-304) retomando-a em outras oportunidades.

Introduzi, depois, uma fundamentação de ordem econômica que, apresentada em SAVIANI (2009, p. 32-35) e em SAVIANI (2010, p. 247-264) foi reposta em nova ordenação no “Seminário Desenvolvimento e Educação” realizado na UERJ em 18 de novembro de 2010. Na sequência retomo as considerações feitas no referido seminário.

De modo geral, penso que a relação entre educação e desenvolvimento pode ser considerada segundo três distintas concepções que poderiam ser identificadas pelas seguintes locuções: educação pelo desenvolvimento, educação para o desenvolvimento e educação como desenvolvimento. No primeiro caso a educação se situa à margem do desenvolvimento

econômico, mas se encontra na dependência direta das possibilidades por ele abertas. Na segunda acepção, a educação se converte num instrumento a serviço do desenvolvimento econômico. Finalmente, conforme a terceira concepção, a educação é posta no próprio centro do desenvolvimento econômico configurando-se como o seu fator estratégico.

As duas primeiras acepções manifestaram-se historicamente ao passo que a terceira se constitui na proposta que estou apresentando em consonância com as exigências da atual fase de desenvolvimento das forças produtivas.

Consideremos, pois, de forma sucinta, as três concepções que acabei de mencionar.

1. Educação pelo desenvolvimento econômico

A idéia de educação amplamente difundida a considera em oposição ao desenvolvimento econômico. A palavra escola etimologicamente significa lugar do tempo livre, do lazer, do ócio. E como na atualidade educação tende a coincidir com escola, a visão dominante situa a educação no âmbito do não-trabalho como uma atividade improdutiva, um bem de consumo, objeto de fruição.

Essa visão se configurou desde as origens do capitalismo com os serviços educativos sendo realizados principalmente pela Igreja, à margem do processo produtivo. Mas se fez presente também nas teorizações da economia política burguesa. Alguns economistas como Bernard de Mandeville, holandês radicado na Inglaterra e o português Antonio Nunes Ribeiro Sanches consideravam negativamente o papel da instrução no processo de desenvolvimento econômico. Em 1714 Mandeville escrevia que saber ler, escrever e contar eram “artes muito nocivas para o pobre obrigado a ganhar o pão de cada dia mediante sua faina diária. [...] cada hora que esses infelizes dedicam aos seus livros é outro tanto de tempo perdido para a sociedade” (MANDEVILLE, 1982, p.191). E em 1759 Ribeiro Sanches afirmava que “nenhum reino necessita de maior rigor na supressão total do ensino de ler e escrever” do que o reino português (SANCHES, 1922, p. 112).

Adam Smith não compartilhava dessa visão, tendo mesmo criticado diretamente a posição de Mandeville em sua obra “Teoria dos sentimentos morais”, publicada em 1759. Como se pode ver em sua obra prima conhecida como “A riqueza das nações”, datada de 1776, Smith considerava que a instrução geral ele-

mentar dos trabalhadores tinha um efeito benéfico para o processo produtivo, podendo ser provida em pouco tempo a expensas do Poder Público. No Cap. III do Livro II da mesma obra (SMITH, 1981) ele considerava que as atividades não-materiais, em cujo âmbito se situa a educação, são improdutivas, isto é, não geram valor excedente, pois o trabalho, nesse caso, “perece no mesmo instante em que é produzido”. Configuram-se, pois, como atividades de consumo, de fruição, e não de produção. E no Cap. I do Livro V afirma que “com gastos muito pequenos, o Estado pode facilitar, encorajar e até mesmo impor a quase toda a população, a necessidade de apreender os pontos mais essenciais da educação”, isto é, “ler, escrever e calcular”. Para ele a instrução era útil para compensar o embotamento intelectual resultante da divisão do trabalho. Considerava, ainda, que “um povo instruído e inteligente sempre é mais decente e ordeiro do que um povo ignorante e obtuso”.

Vê-se, assim, que mesmo admitindo a importância da educação, Smith a considerava como gasto, como dispêndio e não propriamente como investimento produtivo. Sabe-se, também, que a concepção liberal de educação colocou o acento na cultura entendida como as formas mortas, as realizações individuais ao longo do tempo, que constituem o patrimônio comum da humanidade, em detrimento da cultura socializada, isto é, as formas vivas, vigentes na sociedade. Desse modo a concepção liberal, centrada na valorização absoluta do indivíduo, entende que o fim da educação é o desenvolvimento livre da personalidade, o cultivo das virtudes do sujeito (CRIGLIANO, 1969, p. 107-114). Em suma, a educação é vista como fruição da cultura e não, propriamente, como preparo para atuar na vida social e em sua transformação e, muito menos, como instrumento de desenvolvimento sócio-econômico.

Nesse contexto a educação se desenvolve à margem do desenvolvimento econômico, mas é condicionada por ele seja porque o grau de fruição da cultura depende das possibilidades abertas pelo desenvolvimento da economia, seja porque o desenvolvimento da industrialização e da urbanização coloca novas exigências sociais e culturais que devem ser atendidas pela educação.

No Brasil a prevalência dessa concepção fica clara e pode ser ilustrada com o Manifesto “Mais uma vez convocados” redigido em 1959 como instrumento da campanha em defesa da escola pública por ocasião da tramitação da nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O título “Mais uma

vez convocados” se reporta ao “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” lançado em 1932 e nesse novo manifesto afirma-se que, se o documento de 1932 era um plano para o futuro o novo texto o retoma, agora, como um programa de realizações práticas, de caráter inadiável à vista das transformações ocorridas no país.

De fato, naquele momento, isto é, na segunda metade da década de 1950, o Brasil se encontrava num rápido processo de industrialização e urbanização, completando o ciclo da substituição de importações ao impulso do nacionalismo desenvolvimentista e do lema juscelinista “cinquenta anos em cinco”. Esse clima desenvolvimentista atiçou o apetite pelas verbas públicas destinadas à educação deflagrando o conflito escola particular-escola pública cujos debates, contudo, passaram ao largo do projeto de desenvolvimento econômico que estava em curso no país.

2. Educação para o desenvolvimento econômico

Essa contraposição entre educação e produção social tendeu a se modificar a partir da década de 1960 com a “teoria do capital humano” que passou a entender a educação como algo não meramente or-

namental, mas decisivo para o desenvolvimento econômico. Tal perspectiva foi reiterada pelos próprios críticos da referida teoria na medida em que consideravam que a educação era funcional ao sistema capitalista não apenas ideologicamente, mas também economicamente pelo seu influxo na qualificação da mão-de-obra.

Não obstante essa mudança de foco que permitiu realçar o “valor econômico da educação”, manteve-se a dicotomia entre a “ordem econômica” e a “ordem social” na qual se inclui a educação, como fica evidenciado no arcabouço jurídico que desce da Constituição Federal, passa pelas leis ordinárias e chega às determinações mais específicas das normatizações políticas, o que se expressa na distinção entre as políticas econômicas e as políticas sociais, também chamadas de políticas públicas. Assim, se é verdade que a teoria do capital humano implica a valorização econômica da educação, não é menos verdade que ela tende a limitar-se à questão da formação da mão-de-obra com estrita função instrumental em relação ao desenvolvimento econômico. Isso significa que o projeto de desenvolvimento nacional continuou sendo formulado independentemente e à margem da educação postulando-se, “a posteriori”, a adequação do ensino escolar às demandas do processo produtivo que, nas atuais circunstâncias, se expressam predominantemente como demandas do mercado.

No Brasil a exigência de articular a educação com o desenvolvimento econômico na ocasião das discussões sobre o projeto da primeira LDB foi expressa apenas pela voz isolada do deputado Santiago Dantas quando, na sessão de 4 de junho de 1959, salientou a necessidade de que o projeto viesse a criar as condições para a construção de um sistema de ensino voltado para a realidade e as necessidades do desenvolvimento brasileiro (DANTAS, 1959, p. 2.664). Mas essa manifestação caiu no esquecimento prevalecendo, como já salientei, a discussão sobre a distribuição das verbas para as escolas públicas e particulares. A própria expressão “qualificação para o trabalho” como finalidade ou objetivo da educação somente passou a figurar na legislação a partir da Lei n. 5.692 de 11 de agosto de 1971, sendo incorporada à Constituição apenas nesta que se encontra em vigor, promulgada em 5 de outubro de 1988. No atual contexto a ênfase nas demandas do mercado vem trazendo essa questão para o centro dos debates repercutindo fortemente na mídia e induzindo ações do Estado enunciadas, porém, na forma reducionista da instalação de escolas técnicas profissionalizantes.

Passemos, então, à terceira concepção.

3. Educação como desenvolvimento econômico

Em suma, constatamos que a visão dominante, de corte liberal burguês, expressa nas duas concepções até agora consideradas, sendo comandada pela lógica formal, de caráter bivalente, mantém a visão dualista que contrapõe de forma excludente produção e consumo, realização e fruição, trabalho e educação, desenvolvimento econômico e desenvolvimento social etc.

Mas a lógica que preside ao processo de produção social não é exatamente essa. Como mostrou Marx (1973, p. 217-228), o processo global da produção compreende as relações entre a produção propriamente dita, que constitui o geral, a distribuição e a troca, que representam o particular, e o consumo, que corresponde ao singular, como termo final que é a razão de ser de todo o processo de produção. Assim caracterizados, produção, distribuição, troca e consumo formam “um silogismo modelo”. A produção constitui o ponto de partida (termo maior), o consumo o ponto de chegada (termo menor), comportando-se a distribuição e a troca como o termo médio, com um duplo caráter: a distribuição se origina da sociedade e a troca tem por origem o indivíduo. Na produção os homens ajustam os recursos da natureza às necessidades humanas; pela distribuição a sociedade determina a participação proporcional dos indivíduos na repartição dos produtos; pela troca cada indivíduo obtém os produtos particulares nos quais decide converter a quota-parte que lhe foi determinada pela distribuição; por fim, no ato do consumo os produtos se tornam objetos de apropriação individual e de fruição.

Dizendo de outra forma, nos termos do próprio Marx: “a produção cria os objetos que correspondem às necessidades; a distribuição reparte-os segundo leis sociais; a troca reparte de novo o que já tinha sido repartido, mas segundo as necessidades individuais; no consumo, enfim, o produto evade-se desse movimento social, torna-se diretamente objeto e servidor da necessidade individual, que satisfaz pela fruição” (p. 217).

Após evidenciar esse processo Marx assinala que esse silogismo modelo representa, sim, um encadeamento lógico, “mas muito superficial”. E, aprofundando a análise, mostra que a produção é também imediatamente consumo: é consumo das energias do trabalhador, de meios de produção, de matéria-prima. Portanto, “o ato de produção é, em todos os seus momentos e ao mesmo tempo, um ato de consumo” (p. 218) – “consumo produtivo”. O consumo, por sua vez, é também imediatamente produção, pois

toda espécie de consumo contribui, de uma maneira ou de outra, para a produção humana. Por exemplo, pelo alimento que o trabalhador consome, ele produz seu próprio corpo — “produção consumidora” — e recupera as energias que serão novamente consumidas na produção.

Por esse raciocínio Marx ultrapassa a lógica formal e maneja os conceitos próprios da lógica dialética, ao concluir: “Portanto, a produção é imediatamente consumo, o consumo imediatamente produção. Cada um é imediatamente o seu contrário. Mas opera-se simultaneamente um movimento intermediário entre os dois termos. A produção é a intermediária do consumo, a quem fornece os elementos materiais e que, sem ela, não teria qualquer objetivo. Por seu lado, o consumo é também o intermediário da produção, dando aos produtos o motivo que os justifica como produtos. Só no consumo o produto conhece a sua realização última” (p. 219).

Há, pois, uma unidade entre o consumo e a produção que se manifesta num triplo aspecto, conforme as palavras textuais de Marx:

“1º Identidade imediata. A produção é consumo; o consumo é produção. Produção consumidora. Consumo produtivo” (p. 221).

“2º Ambos surgem como

intermediários um do outro”; a produção é intermediada pelo consumo e o consumo é intermediado pela produção, o que os torna reciprocamente indispensáveis um ao outro: “Sem produção não há consumo; sem consumo não há produção” (ibidem).

“3º A produção não é apenas imediatamente consumo, nem o consumo imediatamente produção; igualmente a produção não é apenas um meio para o consumo, nem o consumo um fim para a produção [...]. Cada um, ao realizar-se, cria o outro; cria-se sob a forma do outro” (ibidem).

Em suma, o que se evidencia é o entendimento do processo de produção social como uma totalidade, cuja unidade se expressa nos momentos específicos da produção, distribuição, troca e consumo. Marx expressa esse entendimento nos seguintes termos: “Não chegamos à conclusão de que a produção, a distribuição, a troca e o consumo são idênticos, mas que são antes elementos de uma totalidade, diferenciações no interior de uma unidade” (p. 227). E arremata: “Há reciprocidade de ação entre os diferentes momentos. O que acontece com qualquer totalidade orgânica” (p. 228).

À luz da compreensão do processo produtivo que acabei de expor, cabe entender que a educação é um bem de produção, e não apenas um bem de consumo. Portanto, não faz sentido a dicotomia entre educação e economia, como se o investimento em educação configurasse a retirada de recursos que seriam destinados ao desenvolvimento econômico. Ao contrário, a nova Revolução Tecnológica, também chamada de Terceira Revolução Industrial que se expressou na “reconversão produtiva” dos anos 70 do século XX guindou a educação a um lugar central no processo econômico.

Com efeito, se a Primeira Revolução Industrial promoveu a transferência de funções manuais para as máquinas, o que hoje está ocorrendo é a transferência das próprias operações intelectuais para as máquinas. Por isso também se diz que estamos vivendo a “era das máquinas inteligentes” que passa a exigir a elevação do patamar de qualificação geral como contrapartida à eliminação das qualificações intelectuais específicas.

Nesse contexto o processo produtivo passa a depender cada vez mais do domínio das formas de pensamento adquiridas por procedimentos educativos sistemáticos do tipo escolar, fenômeno que vem sendo traduzido por meio da expressão “sociedade do conhecimento” que está exigindo um novo modelo de desenvolvimento econômico.

4. A educação como fator estratégico do desenvolvimento do país

Portanto, impõe-se promover a mudança do modelo de desenvolvimento econômico. Até agora o modelo vem tendo por eixo o automóvel, o que se evidencia no fordismo, formulado no início do século XX em associação com o taylorismo. A partir daí o desenvolvimento econômico mundial vem tendo como carro-chefe o automóvel em torno do qual giram as demais atividades não apenas aquelas a ele ligadas diretamente como a indústria de autopeças e dos insumos primários para a sua produção, mas também a indústria da construção civil, o planejamento urbano, a infra-estrutura de transportes etc. E quando o padrão fordista entrou em crise na segunda metade do século XX, foi preciso buscar outra referência que foi encontrada no toyotismo, o que representou uma alteração interna ao mesmo modelo que, como se evidencia por sua própria denominação, continuou centrado no automóvel, com todos os efeitos colaterais negativos daí decorrentes: verticalização das cidades, congestionamento do tráfego, poluição ambiental, aquecimento global, além do seu caráter concentrador da renda com o aprofundamento das desigualdades sociais.

A mudança desse eixo para a educação permitirá um desenvolvimento com maior distribuição da renda e estimulador da igualdade social e, além de não apresentar efeitos colaterais negativos, já traz consigo o antídoto aos efeitos negativos, como se constata na educação ambiental, educação para o trânsito etc. O problema todo se resume, então, na questão da estratégia de desenvolvimento do país. Se quisermos, de fato, promover o desenvolvimento do Brasil é preciso definir o fator estratégico a partir do qual todas as energias da nação serão mobilizadas.

Consideremos o reconhecimento consensual de que vivemos na sociedade do conhecimento; de que nesse tipo de sociedade a educação formal é a chave sem a qual todas as portas tendem a ser fechadas. Sem ela os indivíduos ficam excluídos e as organizações, inclusive as empresas, perdendo em produtividade, acabam tragadas na voragem da competitividade. Esse discurso está na boca da maioria das pessoas, com destaque para os empresários e políticos. Assumamos, pois, esse consenso, o que implicará eleger a educação como o fator estratégico de desenvolvimento do país. Isto é: o ponto de partida do desenvolvimento do país será o investimento maciço na educação, o que implica carrear para ela todos os recursos disponíveis.

Assim procedendo veremos que não se trata de colocar os recursos para a educação em competição com outras áreas necessitadas como saúde, segurança, estradas, pobreza, previdência, combate à fome e ao desemprego, habitação, infraestrutura energética, preservação ambiental etc. Ao contrário, a educação será a via escolhida para atacar de frente, e simultaneamente, todos esses problemas.

Com efeito, se ampliarmos o número de escolas tornando-as capazes de absorver toda a população em idade escolar nos vários níveis e modalidades de ensino, a indústria da construção civil, com todos os seus sucedâneos, como as indústrias da produção de móveis, de aparelhos sanitários etc., serão dinamizadas. Se povoarmos essas escolas com todos os profissionais de que elas necessitam, em especial com professores em tempo integral e bem remunerados, estaremos atacando o problema do desemprego diretamente, pois serão criados milhões de empregos. Estaremos atacando o problema da segurança, pois estaremos retirando das ruas e do assédio do tráfico todas as crianças e jovens. Mas, principalmente, estaremos atacando todos os demais problemas, pois pro-

moveremos o desenvolvimento econômico. Como? Ora, esses milhões de pessoas atuando nas escolas e percebendo altos salários, o que irão fazer com o dinheiro recebido? Evidentemente, não vão colocá-lo sob o colchão. Esse dinheiro não será retirado do processo econômico. Ao contrário, irá mover a roda da economia pelo consumo que irá ativar o comércio que, por sua vez, ativará o setor produtivo (indústria e agricultura), que irá produzir mais, contratar mais pessoas. Claro. É provável que parte desses recursos será poupada. Mas, também nesse caso, essa poupança não será guardada nos domicílios. Incorporando-se aos vários mecanismos de aplicação financeira tal poupança também ativará a economia compondo uma diversificada cesta de recursos que financiará os mais diferentes empreendimentos elencados no projeto de desenvolvimento do país tais como programas habitacionais, obras de infraestrutura, além dos vários mecanismos de crédito dos quais lançam mão as empresas e as pessoas físicas para financiar suas iniciativas de produção e de consumo.

A implementação desse novo modelo de desenvolvimento provocará o crescimento exponencial da arrecadação de impostos. Com eles o Estado poderá resolver os problemas de infraestrutura não apenas de transporte, mas também de energia, abastecimento, meio-ambiente, saneamento etc. e acabar com os programas sociais destinados ao agora reduzidos grupos de não incluídos nesse amplo processo de desenvolvimento geral do país. E, claro, será resolvido também o problema da qualidade da educação: transformada a docência numa profissão atraente socialmente em razão da sensível melhoria salarial e das condições de trabalho, para ela serão atraídos muitos jovens dispostos a investir seus recursos, tempo e energias numa alta qualificação obtida em graduações de longa duração e em cursos de pós-graduação. Com um quadro de professores altamente qualificados formaremos os tão decantados cidadãos conscientes, críticos, criativos, esclarecidos e tecnicamente competentes para ocupar os postos do fervilhante mercado de trabalho de um país que estará recuperando, a pleno vapor, sua capacidade produtiva. Estaria criado, por esse caminho, o tão desejado círculo virtuoso do desenvolvimento.

A adoção da educação como eixo do projeto de desenvolvimento nacional deixa, assim, o terreno da utopia para se converter, nas atuais condições, numa exigência objetiva do próprio processo de desenvolvimento econômico, tendo em vista o atual estágio alcançado pelo avanço das forças produtivas.

5. Conclusão: o atual projeto de Plano Nacional de Educação

A iminência da aprovação do novo Plano Nacional de Educação é uma boa oportunidade para definir as medidas que precisam ser implantadas a fim de que consigamos, finalmente, dar um salto de qualidade em nossa educação. Nessa perspectiva o adequado encaminhamento da questão do financiamento é, sem dúvida, a medida mais importante. Aliás, tenho insistido em que os dois eixos em torno dos quais deve girar a construção de todo o PNE são o financiamento e o magistério. A questão docente é crucial porque dela depende o alcance das metas voltadas para a elevação da qualidade da educação básica. Mas a solução do problema do magistério implica uma soma considerável de recursos, o que repõe a necessidade de se resolver a questão do financiamento. Em verdade, aí reside a condição preliminar indispensável sem a qual todas as demais metas ficam inviabilizadas.

No caso brasileiro é necessário aumentar significativamente e de forma imediata os recursos destinados à educação. Ampliar significativamente implica em elevar de maneira substantiva o percentual do PIB investido em educação. De forma imediata significa que se deve evitar a prática usual de diluir a meta de elevação dos gastos ao longo do tempo, geralmente definido em dez anos. Nesse aspecto cabe constatar que, infelizmente, o projeto do PNE deixa muito a desejar. Isso porque a proposta enviada pelo MEC ao Congresso Nacional prevê atingir, ao longo dos dez anos da vigência do Plano, o índice de 7% do PIB. Ora, essa meta fora fixada no atual PNE aprovado em 2001 para ser atingida em 2010. Vetada pelo então presidente FHC ela agora retorna, porém postergada para 2021. Nessas circunstâncias a proposta aceitável seria atingir 7% agora, em 2011, pois foi isso que o Congresso Nacional aprovou em 2001. E chegar aos 10%, aprovados na CONAE, a partir de 2015.

Por fim cabe observar que a reivindicação de se tomar o PIB como referência não deixa de ser um avanço. No entanto, nós sabemos que não basta simplesmente definir um percentual do PIB, mesmo que seja relativamente elevado na comparação com os demais países. Como o sugere Nelson Cardoso do Amaral, parece mais indicado tomar como referência o montante correspondente ao custo aluno-ano ou o custo aluno qualidade (CAQ), que, aliás, já foi objeto de uma resolução do Conselho Nacional de Educação em 2008 que, porém, ainda não está em vigor porque não foi homologada pelo MEC. Para justificar sua observação o Prof. Nelson



apresenta dados numéricos lembrando, por exemplo, que se o Brasil investe hoje cerca de 4% de seu PIB em educação, o Yemen investe aproximadamente 10%. No entanto, enquanto os 4% do Brasil correspondem a US\$ 959 por aluno/ano, os 10% não chegam a US\$ 500. Inversamente, o Uruguai investe 2,9% que equivalem a US\$ 1.348 e os 5,2% do PIB canadense correspondem a US\$ 7.677 por aluno/ano (AMARAL, 2011).

Considerando essas questões penso que o caminho logicamente mais consistente e estrategicamente mais seguro é trabalhar pela mudança do modelo de desenvolvimento econômico deslocando seu eixo para a educação. Assim procedendo perderá relevância a discussão dos percentuais já que serão carreados para a educação todos os recursos disponíveis, pois se trata da área escolhida como a prioridade das prioridades em torno da qual passará a girar todo o desenvolvimento do país.

É, portanto, da maior importância uma intensa mobilização para assegurar, no Congresso Nacional, o adequado encaminhamento, no PNE, da questão do financiamento a fim de garantir que sejam destinados recursos de grande monta para equipar plenamente o sistema nacional de educação estabelecendo-se um patamar

para tratar, de fato, a educação com o grau de prioridade que é proclamado nos discursos. E isso é plenamente viável como, acredito, ficou demonstrado no decorrer deste texto. c

1 Palestra de abertura do 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores da Educação da CTB. São Paulo, 2/12/2011.

2 Professor Emérito da UNICAMP, Pesquisador Emérito do CNPq e Coordenador Geraldo HISTEDBR.

Referências bibliográficas:

AMARAL, Nelson Cardoso (2011). O novo PNE e o financiamento da educação no Brasil: os recursos como um percentual do PIB. Texto apresentado no III Seminário de Educação Brasileira – CEDES, Campinas, março de 2011. [http://www.cedes.unicamp.br/seminario3/nelson_amaral.pdf]. Acesso em 07/12/2011.

CIRIGLIANO, Gustavo F.G. (1969). Fenomenologia da educação. Petrópolis: Vozes.

DANTAS, Santiago (1959). “Discurso na Câmara dos Deputados”, Diário do Congresso Nacional, S.L., de 05/06/59, p.2.664. Brasília, DF.

MANDEVILLE, Bernard (1982). La fábula de las abejas o los vicios privados hacen la prosperidad pública. México: Fondo de Cultura Económica.

MARX, Karl (1973). Contribuição para a crítica da economia política. Lisboa: Estampa.

SANCHES, Antonio Nunes Ribeiro (1922). Cartas sobre a educação da mocidade. Coimbra: Imprensa da Universidade.

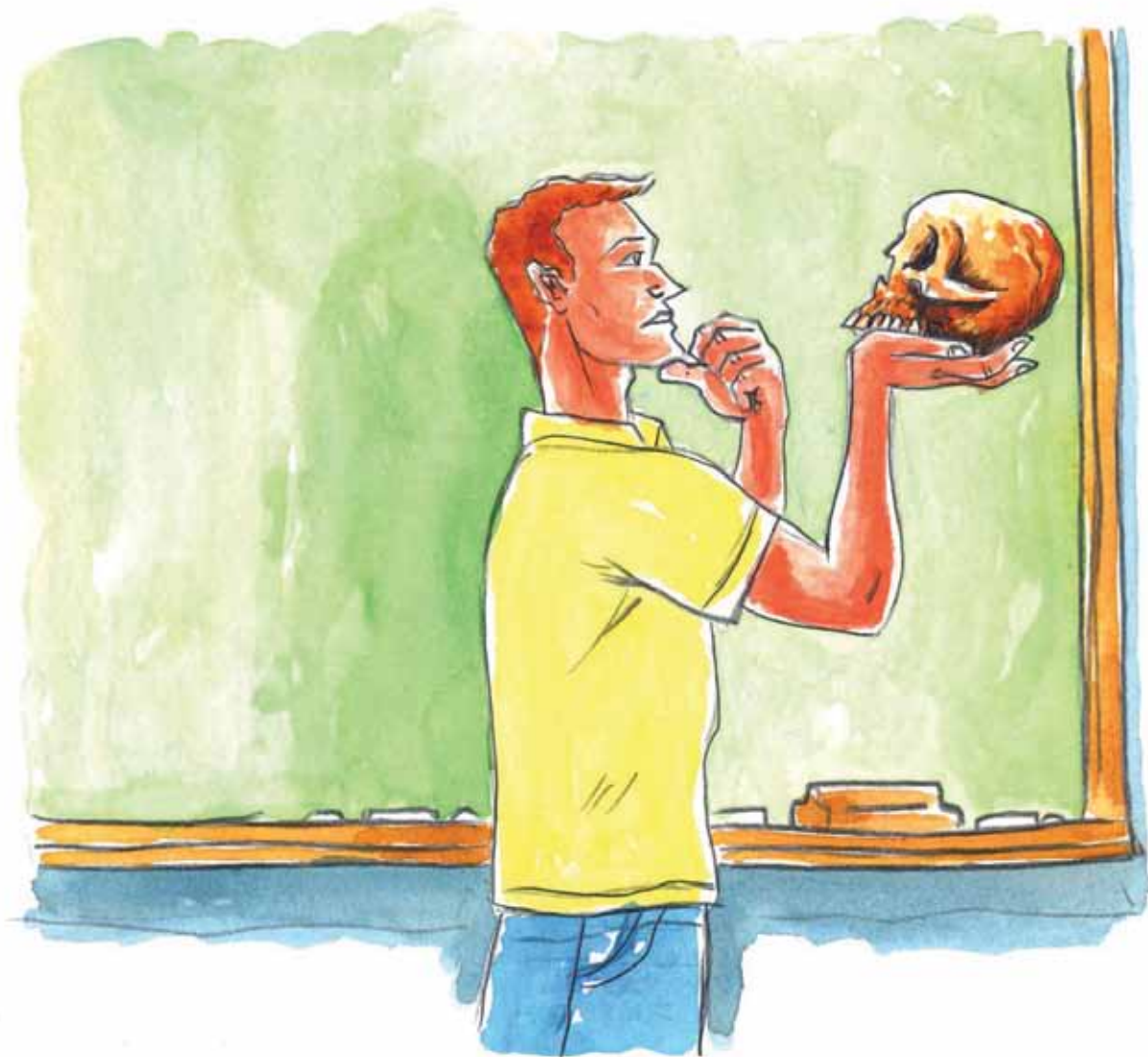
SAVIANI, Dermeval (2007). Da nova LDB ao FUNDEB, 3ª ed. Campinas: Autores Associados.

SAVIANI, Dermeval (2009). “A educação como eixo do desenvolvimento nacional”. Princípios, nº 103, setembro-outubro, p. 32-35.

SAVIANI, Dermeval (2010). “A educação no centro do desenvolvimento econômico”. In: BARROSO, Aloísio Sérgio e SOUZA, Renildo (Orgs.), Desenvolvimento: ideias para um projeto nacional. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi/Fundação Marucício Grabois, p. 247-264.

SMITH, Adam (1981). Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2 vols.

Ser ou não ser: *A escolha pela carreira docente*



Ser professor é colocar-se entre o ensino e a aprendizagem. É estimular a crítica. É provocar e ser provocado. Gerar encantamento. É uma escolha. Escolher fazer parte da trajetória de alguém para sempre. É também treinar a paciência e persistir. Porém o futuro da profissão é incerto – especialmente diante dos grandes desafios e batalhas se que apresentam no dia-a-dia da categoria.

O número de professores formados em pedagogia dobrou em sete anos, segundo dados do Censo do Ensino Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Ainda assim, há uma percepção geral de que o exercício da docência parece não despertar o mesmo interesse de antes entre os jovens.

As autoridades garantem que há um esforço visando qualificar cada vez mais a formação dos educadores. Entre as ações do Ministério da Educação com tal fim está a possibilidade da graduação em instituições públicas de ensino superior ou em particulares com bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni), e também com o Financiamento Estudantil (Fies), que agora pode ser quitado com atividade docente. Segundo a assessoria do MEC, a formação continuada, a definição do piso nacional para a categoria e a oferta de 30 mil bolsas do Programa Institucional

de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) em 2011, complementam a iniciativa.

De acordo com dados preliminares do Censo da Educação Superior 2010, divulgados em novembro, houve aumento de ingresso em cursos de licenciatura. Em 2010, um quinto das matrículas totais da graduação, incluindo cursos presenciais e a distância, estavam nas licenciaturas. Elas representam 21,1% do total de matrículas.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, chegou a destacar que nas disciplinas em que há falta crônica de professores, o País teve, na década, uma expansão nas matrículas e no número de concluintes. Em 2001, enquanto 78 mil estudantes concluíram cursos de biologia, em 2010 foram 160 mil; em física esse número passou de 18 mil (2001) para 42 mil (2010); em matemática, os concluintes passaram de 60 mil para 86 mil, e em química, de 26 mil para 53 mil (os dados completos po-

“Eu acho que a transformação da educação no Brasil passa por dentro dos pensamentos e dos sentimentos dos professores. O professor é o ponto central em qualquer programa de transformação do ensino brasileiro”. Quem atribui tamanha responsabilidade ao professor é o autor e educador Rubem Alves, do alto de seus 78 anos de experiência. Ele acredita que o papel do professor é ensinar o aluno a pensar provocando a curiosidade da criança ou adolescente.

dem ser acessados no Portal do MEC pelo link: <http://bit.ly/vlntlc>).

Mesmo com o aumento, é ainda um número insuficiente diante dos desafios de um país com proporções continentais e que tem metas arrojadas. Segundo a assessora especial do Ministério da Educação, Linda Goulart, durante o 1º Seminário Internacional de Mobilização Social pela Educação, realizado em outubro, o Brasil quer chegar a 2022 com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) igual ao de países desenvolvidos, com o analfabetismo erradicado e com oportunidade para todos.

Formação

O curso de magistério, de nível médio, não existe mais, mas ele ainda é aceito na Educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, recomende a formação de professores em nível superior.

O Projeto de Lei 5.395/09, que tramita no Congresso Nacional, prevê que apenas a Educação Infantil admita professores com formação mínima de nível médio, na modalidade normal. Uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) prevê que todos os professores da Educação Básica tenham formação específica de nível superior em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam até 2020.

Entre as emendas formuladas pela CONTEE ao PL 8035/2010 – que institui o novo PNE – está a que defende “fomentar a formação inicial e continuada de profissionais para a educação infantil, garantindo, progressivamente, a exclusividade de atendimento por profissionais nomeados e/ou contratados e com formação superior”.

Para lecionar no Ensino Fundamental e Médio, é preciso de ser graduado em licenciatura, que aprofunda matérias voltadas à educação, como didática, pedagogia etc. Para ser professor universitário, durante muito tempo exigiu-se somente o diploma de curso superior. A partir de 1996, a LDB legalizou a exigência da pós-graduação (mestrado e doutorado).

Para Luis Carlos de Menezes, físico e educador da Universidade de São Paulo (USP), estamos vivendo tempos muito incertos. E, até por isso, os professores são ainda mais importantes. “Não saberemos sequer como serão as profissões no futuro. Formar gente, portanto, é preparar para a vida, para fazer as próprias escolhas. Ser professor é com certeza lidar com o futuro, com o que está por vir. Um bellissimo desafio é ser educador e lidar com gente que procura alternativas que implicam na reinvenção da vida”, disse, em tom sonhador.

Considerando que vivemos em um País ansioso por desenvolvimento, a profissão de professor é mesmo uma das mais promissoras. Mas ainda é preciso avançar muito para que a carreira seja valorizada e atraia mais gente disposta a ensinar.

Escassez

A falta professor especializado é destacada pela União Nacional dos Estudantes. “Observamos que há um número muito baixo de formados em licenciaturas. Sobretudo na área de exatas o déficit é grande”, aponta o diretor de Políticas Educacionais da UNE,

Estevão Cruz. “O debate que fazemos com as entidades de representação de docentes é justamente sobre a valorização profissional”, o que engloba a formação continuada do professor e a efetivação do piso salarial da categoria. Estevão traz à tona bandeiras que a UNE defendeu em conjunto com a CONTEE e a CNTE na última Conferência Nacional de Educação e durante a construção do Plano Nacional de Educação (PNE). Como o piso salarial do magistério, para o setor público, fixado em Lei (2008) em R\$ 1.187,97, mas que não é cumprido em todos os estados.

Estudante de Ciências Sociais, licenciatura, Estevão diz que faz parte da “minoría” dos estudantes que opta pela licenciatura. “Para mim, ser professor é contribuir para o desenvolvimento cultural e educacional da nação, por um Brasil melhor, mais crítico e justo”. Ele já se vê no mercado, atuando como professor de sociologia, pois a disciplina voltou a ser obrigatória no currículo do ensino médio, juntamente com filosofia.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) confirma o que diz o estudante. Para

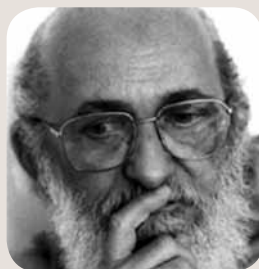
Grandes educadores



Anísio Teixeira

- O educador Anísio Espínola Teixeira introduziu no país o conceito de escola gratuita e para todos. O educador baiano, que viveu de 1900 a 1971, entendia a escola como uma instituição democrática, que oferecesse as mesmas oportunidades a filhos da classe alta e do proletariado. Defendia os princípios

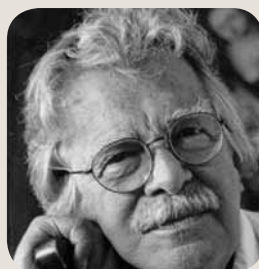
de um sistema educacional público, gratuito e obrigatório - que, mais tarde, fariam parte da Constituição. Fundou a Universidade de Brasília (UnB) e a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (antigo nome da Capes). A participação de Anísio foi também fundamental na elaboração e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases de 1961, que definiu os rumos da educação no Brasil.



Paulo Freire

- Paulo Reglus Neves Freire, educador pernambucano, viveu entre 1921 e 1997. Ficou conhecido pelo empenho em ensinar os mais pobres; por isso, tornou-se uma inspiração para gerações de professores. Paulo Freire desenvolveu um método inovador de alfabetização, a partir de suas primeiras experiências em

1963, quando ensinou 300 adultos a ler e a escrever em 45 dias. Suas principais obras foram a Pedagogia do Oprimido (1968), Pedagogia da Esperança (1992) e À Sombra desta Mangueira (1995).



Darcy Ribeiro

- Darcy Ribeiro era professor, etnólogo, antropólogo, ensaísta e romancista, nascido em Montes Claros (MG), em 1922. Formou-se em Ciências Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1946), com especialização em Antropologia. Ribeiro foi Diretor de Estudos Sociais do Centro Brasileiro de

Pesquisas Educacionais do MEC (1957-61) e participou, com Anísio Teixeira, da defesa da escola pública e da criação da Universidade de Brasília, da qual foi o primeiro reitor. Foi Ministro da Educação e Secretário de Educação do Rio de Janeiro, quando ficou encarregado de implementar os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), escolas de tempo integral com projeto político-pedagógico inovador. Faleceu em Brasília, em 1997.

Como surgiu a profissão

A educação oficial no Brasil começa em 15 de outubro de 1827, com um decreto imperial de D. Pedro I, que determinava que “todas as cidades, vilas e lugarejos tivessem suas escolas de primeiras letras”. É por causa desse decreto, inclusive, que o Dia do Professor é comemorado no dia 15 de outubro. A data, contudo, só foi oficializada em 1963.

O acesso à educação, porém, ainda era muito restrito na época do Império. Apenas famílias ricas tinham condições de contratar professores para educar seus filhos. Esses profissionais ou atuavam em escolas privadas ou vendiam conhecimento de forma independente.

Apenas a partir dos anos 30, com o surgimento dos grupos escolares, foi que o ensino público gratuito passou a se organizar e atender mais alunos. Nessa época, o poder público passou a se responsabilizar efetivamente pela educação das crianças. Assim, houve a expansão e interiorização dos grupos escolares e as primeiras escolas de formação superior de professores em licenciaturas surgiram.

A dura realidade, muitas vezes enfrentada nas salas de aula, se reflete diretamente na saúde do professor e, infelizmente, é velha conhecida das entidades sindicais de trabalhadores do setor privado de ensino.

entidade, a escassez de professores é consequência da falta de políticas públicas com foco na formação, assim como na valorização desses profissionais. Daí a importância de se conjugar as políticas de formação à do Piso Nacional do Magistério aliado à carreira, pois ambas são indissociáveis do ponto de vista da qualificação do trabalho do educador.

O presidente da CNTE, Roberto Franklin Leão, afirma ser necessário, “além de aumento salarial, melhores condições de trabalho, como diminuição da jornada de trabalho e redução de alunos por sala. Tudo isso melhoraria a imagem da carreira, e atrairia os mais jovens”. Leão, professor da rede estadual de ensino em São Paulo, diz que é preciso perspectiva de futuro, sem sobressaltos, e “com mecanismos objetivos de promoção para todos evoluírem na carreira”. Uma carreira aberta na qual, segundo ele, “o docente chegue ao topo na profissão sem precisar sair da sala de aula”.

Desafios

Salas de aula repletas e alunos desinteressados quase minaram a carreira do professor de geografia Alberto dos Santos Dudená, 32 anos, que concluiu a licenciatura em 2005, na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp-Rio Claro). A pouca idade esconde uma experiência e tanto. No primeiro emprego, se viu às voltas com a responsabilidade de planejar as aulas e lecionar para salas de 40 alunos, em diversos períodos. Sentiu na pele os desafios da rede pública de ensino, como professor substituto, dando aulas em diferentes escolas, e no setor privado conviveu com graves problemas.

Para exemplificar, tem na memória os extremos. Ele conta que chegou a conhecer uma espécie de escola modelo, com número reduzido de alunos em classe, cuja coordenação acompanhava de perto a vida dos alunos e seu desempenho, e que transmitia muita segurança e tranquilidade aos professores. Simultaneamente, lecionava em uma escola cuja mercantilização do ensino ficava evidente. Em outra

escola tinha a recomendação expressa de evitar conflitos com determinados alunos, que tinham muitos parentes na mesma instituição. Eram como ‘alunos-clientes’. Agora, está mais satisfeito ao dar aula em uma única escola, onde tem melhores condições de trabalho e salário. Porém, até chegar aqui, ele infelizmente contabilizou meses de terapia para a superação da frustração que foi sua ‘estreia’ nas salas de aula.

A dura realidade, muitas vezes enfrentada nas salas de aula, se reflete diretamente na saúde do professor e, infelizmente, é velha conhecida das entidades sindicais de trabalhadores do setor privado de ensino. Por isso, destaca Madalena Guasco Peixoto, Coordenadora Geral da CONTEE, “a luta pela valorização do professor, com melhores condições de trabalho e remuneração, além da busca pela gestão democrática também nas instituições de ensino particulares, bem como o combate à mercantilização da educação, são bandeiras prioritárias da CONTEE e de suas filiadas. Bandeiras que se renovam constantemente e que são abraçadas por inúmeras entidades e organizações sindicais e pelo movimento social nacional e internacional”. c



Fique sabendo

- Sabia que nem sempre o ensino no Brasil foi organizado com um professor à frente do quadro negro e crianças em fileiras? Até a primeira metade do século XIX, o método era o monotorial: o professor ensinava o conteúdo a alguns alunos, que tinham mais facilidade em aprender o conteúdo. Esses alunos, os monitores, repassavam o conhecimento aos outros alunos que tinham mais dificuldades.

- A primeira escola de formação de professores em nível médio, na modalidade normal, para o ensino de alunos da Educação Básica data de 1835. A escola foi criada em Niterói (RJ). Depois disso, poucas instituições de formação foram criadas. Só no início do século XX, por volta dos anos 30, os primeiros cursos de licenciatura para formação superior de professores foram estruturados. Mesmo assim, apenas nos grandes centros urbanos da época.

- Em 1827, D. Pedro I instituiu que a educação superior seria de responsabilidade do governo imperial. O Ensino Superior era destinado exclusivamente à formação das elites do país. Foi assim até a primeira metade do século XX. Só na década de 60, o poder público passou a se preocupar com a democratização do acesso à educação.



Participantes e palestristas do Seminário da CONTEE



Seminário da CONTEE discute sobre novo aviso prévio

A CONTEE realizou no dia 18/11, em Brasília-DF, Seminário sobre a Nova Lei nº 12.506 (de 11 de outubro de 2011), que trata sobre o novo aviso prévio e suas implicações. A atividade aconteceu no Hotel Grand Bittar e contou com a participação de representantes de entidades filiadas de todo o País.

O debate foi realizado entre o advogado Giovanni Pereira, representando da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG); o Juiz Luiz Antônio Colussi, representando a ANAMATRA (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho); Jefferson Calaça, Presidente da ABRAT (Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas); e Zilmara David de Alencar, Secretária de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho (MTE).

No período da tarde, a Ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Delaíde Arantes, participou do Seminário.

TV CONTEE: confira no Portal (www.contee.org.br) a matéria em vídeo sobre o Seminário.

CONTEE divulga posição oficial sobre novo aviso prévio

A Confederação divulgou posição oficial emitida pela diretoria executiva da entidade sobre as implicações do novo aviso prévio proporcional. O texto aborda algumas das principais controvérsias suscitadas pela nova Lei.

Assim, de acordo com o entendimento da CONTEE, “pode-se afirmar, peremptoriamente, que a proporcionalidade só se aplica aos trabalhadores. Isto é, ela só tem lugar quando há demissão por iniciativa do empregador”.

Em outro trecho trata da natureza do aviso prévio proporcional, sendo de caráter indenizatório ou não. Para a entidade, “à luz do preceito constitucional trata-se de direito social fundamental, que não possui natureza indenizatória”.

Entre outros temas, também afirma que “o tempo de aviso prévio proporcional deve ser computado para todos os efeitos legais, com incidência no tempo de contribuição, fundamental para efeito de aposentadoria, nas férias, no 13º salário e na indenização estabelecida no Art. 9º, da Lei N. 7.238/84, que tem lugar quando a demissão ocorre no período de 30 (trinta) dias que antecede à data-base etc”.

Acesse a íntegra do documento no Portal da CONTEE na internet (www.contee.org.br).

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino **contee**

O AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL LEI N. 12.506/2011

A aplicação da Lei N. 12.506/2011, que regulamenta o aviso prévio proporcional de que trata o Art. 7º, inciso XXI, da Constituição Federal, tem suscitado muitas controvérsias. Uma decorrente do próprio texto legal, que não é claro nem completo. Outras, de interesses escusos, que visam a prejudicar os trabalhadores.

Por essas razões, a Diretoria Executiva da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) apresenta sua posição sobre tais controvérsias, fazendo-o, a seu juízo, em absoluta consonância com o dispositivo constitucional.

1. A primeira controvérsia diz respeito a quem se aplica a proporcionalidade, se somente aos trabalhadores ou se, também, ao empregador.

Pode-se afirmar, peremptoriamente, que a proporcionalidade só se aplica aos trabalhadores. Isto é, ela só tem lugar quando há demissão por iniciativa do empregador. Quando a iniciativa da rescisão do contrato é do trabalhador o aviso prévio é de apenas e tão-somente de 30 (trinta) dias, não importando o seu tempo de trabalho na empresa.

Assim o é por força do caput do Art. 7º, da Constituição da República e do Art. 1º, da Lei N. 12.506/11, que tratam de direitos dos trabalhadores, não fazendo, por óbvio, nenhuma menção a direitos dos empregadores.

2. A segunda controvérsia relaciona-se com a natureza do aviso prévio proporcional, se é de caráter indenizatório ou não. À luz do preceito constitucional trata-se do direito social fundamental, que não possui natureza indenizatória.

3. A terceira controvérsia relaciona-se com o tempo de aviso prévio proporcional deve ser computado para todos os efeitos legais, com incidência no tempo de contribuição, fundamental para efeito de aposentadoria, nas férias, no 13º salário e na indenização estabelecida no Art. 9º, da Lei N. 7.238/84, que tem lugar quando a demissão ocorre no período de 30 (trinta) dias que antecede à data-base etc.

BRFVS - Ed. Assis Chateaubriand - Quadra 701 - Bloco Z - Sala 436
Cep: 70240-906 | Brasília | DF | Brasil | 00 55 61 3228 1278 - 3223 2194

Tempo de Serviço	Aviso
Ano Completo	
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	

Se o empregado demitido sem justa causa conta com de casa, trabalha no máximo 23 (vinte e três) dias; se até dois anos (dois) dias; se 3 (três) anos, 27 (vinte e sete) dias; e assim sucessivamente até que se o seu aviso for de 90 (noventa) dias, devem ser (sessenta e nove), nenhum e mais.

Registra-se que qualquer que seja a duração do proporcional, o empregado pode optar pela redução da jornada.

4. A quarta controvérsia, que se tem suscitado, é de calcular a proporcionalidade, ou seja, se ela cabível apenas de casa é contado por ano cheio, ou se é aplicável nos meses e outros.

Apesar de a Lei sob comentários favoráveis, com base no texto constitucional e no princípio favorável, pode-se afirmar, categoricamente, que a proporcionalidade em todos os casos do contrato de trabalho com mais de um ano.

Ao contrário do que se tem dito, a aplicação é plenamente cabível em todos os intervalos, ou seja, anos, entre dois anos e três anos e assim sucessivamente.

Desse modo, se o contrato tem duração de 30 dias, o aviso prévio é de 33 dias; se de dois anos e seis meses, o aviso prévio é de 36 dias e assim sucessivamente.

5. A quarta controvérsia refere-se ao Art. 9º, da Lei Nº 7.238/84. Desta forma, entende-se que os avisos prévios de duração superior a 30 dias que são devidos à indenização prevista no Art. 9º, da Lei Nº 7.238/84, que tem lugar quando a demissão ocorre no período de 30 (trinta) dias que antecede à data-base, é devido à empresa.

6. Quanto à rescisão dos contratos de trabalho, por se tratar de direito social fundamental, que sua rescisão deve ser feita por iniciativa do empregador, a entidade entende que sua rescisão deve ser feita por iniciativa do empregador, a seu juízo, em absoluta consonância com o dispositivo constitucional.

BRFVS - Ed. Assis Chateaubriand - Quadra 701 - Bloco Z - Sala 436
Cep: 70240-906 | Brasília | DF | Brasil | 00 55 61 3228 1278 - 3223 2194

É para curtir

Após algumas reformulações, a CONTEE criou a sua página oficial no Facebook. Agora, quem já participa do site Facebook e quiser acompanhar as notícias e atividades da CONTEE nas redes sociais, basta acessar: <http://www.facebook.com/paginada-contee> e clicar em “Curtir”.

E a CONTEE também está no Twitter, siga: http://twitter.com/_contee

No Portal da CONTEE na internet, também é possível acompanhar as últimas postagens do Twitter e curtir a página da Confederação no Facebook, diretamente na página inicial (www.contee.org.br).



Marcha reúne 10 mil pelos 10% do PIB para a Educação

A CONTEE marcou presença na 5ª Marcha Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública, que reuniu trabalhadores em educação de todo o País, no dia 26/10, em Brasília-DF. Convocada pela CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), a manifestação teve como tema: “10 mil pelos 10% do PIB para a Educação” e pediu mais investimentos para o setor e o cumprimento da lei que estabelece um piso salarial nacional para o magistério.

Entre as reivindicações da Marcha, está a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para a educação. Hoje esse patamar está em torno de 5%. Os manifestantes também defendem a aprovação pela Câmara do Plano Nacional de Educação (PNE).

A TV CONTEE cobriu a atividade. Confira no Portal da entidade (www.contee.org.br) a matéria em vídeoface.

CONTEE assinou carta aberta contra cisão do MEC

Trinta e uma entidades dedicadas à educação e à promoção da pesquisa, entre elas a CONTEE, produziram Carta Aberta contrária ao PLS 518/2009, de autoria do Senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que tem como proposta transferir a gestão do ensino superior público para o Ministério da Ciência e Tecnologia, reduzindo o Ministério da Educação a uma nova pasta, o Ministério da Educação de Base.

A Carta se coloca “em defesa da concepção sistêmica na gestão federal da educação: em apoio à administração integrada da educação básica e do ensino superior no MEC”.

A íntegra do documento pode ser lida no Portal da CONTEE na internet (www.contee.org.br).

Educação Superior na América Latina em debate

Arquivo CONTEE



Participantes da III Reunión Latinoamericana de Sindicatos de Educación Superior da IEAL e CONADU

A capital argentina reuniu, entre os dias 7 e 9 de novembro, trabalhadores em educação para a realização de duas importantes atividades. Primeiramente, a III Reunión Latinoamericana de Sindicatos de Educación Superior, convocada pela Internacional da Educação para América Latina (IEAL) e organizada pela Federación Nacional de Docentes Universitarios (CONADU) de Buenos Aires – que tem entre seus objetivos construir e implantar as ações numa perspectiva da participação coletiva e da construção democrática, uma vez que a luta pela universidade democrática e acessível a todos é um desejo que amplia as fronteiras, pula os muros, internacionaliza a luta.

Em seguida, os presentes participaram também do III Seminario Latinoamericano de Educación Superior, organizado pelo Instituto de Estudos e Capacitação da Federação Argentina (IEC-CONADU) e pelo Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) que abordou o tema “La Universidad Latinoamericana: claves para una reforma democrática”.

A CONTEE participou dos dois eventos por entender que a unificação das lutas pela qualidade na educação deve ser uma tendência para organizações sindicais, instituições de pesquisas, movimentos estudantis e demais entidades ligadas ao Ensino Superior público e privado.

Representam a CONTEE na atividade: a Secretária de Assuntos Educacionais da entidade, Adércia Bezerra Hostin; o Coordenador Regional Nordeste, Manoel Henrique da Silva Filho, e o Coordenador Regional Centro-Oeste, Edson de Paula Lima. Também participam das atividades: Conceição Aparecida Fornasari (Sinpro Campinas e FEPESP), Ailton Fernandes (Sinpro-SP/ CONTEE); e Amarildo Pedro Cenci (Sinpro/RS, FETEE SUL e CONTEE).

Com informações de Ana Lúcia da Silva e CONADU

Lançado Blog da Campanha Salarial 2012

Está no ar o Blog da Campanha Salarial Nacional, desenvolvida pela CONTEE, após encaminhamento sugerido no IX Seminário Nacional de Campanha e Negociação Salarial da Confederação, realizado em agosto de 2011, em São Paulo/SP.

Lá você encontrará todos os materiais da Campanha para download, informações sobre as reivindicações das categorias, além de instruções e estratégias de divulgação e mobilização. Além do Blog, a Campanha está presente também nas redes sociais. Para acompanhar as novidades basta acessar a página da CONTEE no Facebook (<http://www.facebook.com/paginadacontee>) ou no Twitter (http://twitter.com/_contee).

Em 2012, o tema da Campanha é o aumento real, com objetivo de despertar a mídia e a sociedade para os problemas enfrentados pelos trabalhadores das instituições privadas de ensino. A campanha irá trabalhar a contradição entre o cenário positivo na conjuntura nacional versus a resistência patronal às reivindicações de aumento real das categorias, com o posicionamento: “Tem algo errado no ensino privado”.

Acesse o Blog da Campanha e saiba mais:
www.algoerradonoensinoprivado.org.br

Criado Fórum em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização

A CONTEE participou, no dia 17/11, em Brasília-DF, do Ato de criação do Fórum em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, organizado pela CUT, CTB, representantes das Universidades Federal de Minas Gerais e Federal da Bahia, Universidade de Campinas (Cesit/Unicamp e IFCH/Unicamp), Dieese e Anamatra, entre outros. A Confederação foi representada na atividade pela Secretária Geral, Cristina Castro, e pela Secretária de Comunicação Social, Maria Clotilde Lemos Petta.

Logo da abertura do ato foi lido o “Manifesto em defesa dos direitos dos trabalhadores ameaçados pela Terceirização!”, que recebeu apoio de todos por aclamação.

Entre os presentes, houve consenso de que o Direito do Trabalho está ameaçado com as propostas de regulamentação da terceirização em discussão no Congresso (caso do PL nº 4302-C, do Executivo, apresentado em 1998, com substitutivos, e o PL nº 4330/04 e, mais recentemente, o substitutivo do Relator, Deputado Roberto Santiago).

O ato apontou a terceirização como um dos principais problemas enfrentados pelos trabalhadores e trabalhadoras na atualidade, posto que sua expansão em todos os segmentos produtivos (setor público e privado, rural e urbano) tem precarizado as relações de trabalho, rebaixado direitos, além de incrementar significativamente as situações de risco.

Como primeira ação do Fórum, foi aprovado o Manifesto e solicitado que as entidades, além dos dirigentes, associados e militantes, o assinem e divulguem o mais amplamente possível em seus veículos de comunicação (sites, jornais, blog, mailing e outros).

O manifesto está disponível no site <http://www.peticao-publica.com.br/?pi=P2011N16145> para assinatura. El Salvador, Venezuela, Colômbia e Brasil.



Participantes da atividade na Colômbia.

Na Colômbia: debate sobre educação pública e igualdade de gênero

Nos dias 2 e 3 de dezembro, a CONTEE participou da reunião da Rede de Trabalhadoras da Educação da Internacional da Educação para a América Latina (IE), que ocorreu na cidade de Bogotá, na Colômbia. A reunião foi uma prévia do Primeiro Encontro para um Movimento Pedagógico Latino Americano, que começou em seguida, também na capital colombiana.

O objetivo geral da atividade foi aprofundar a discussão e o posicionamento em defesa da Educação Pública e os direitos das trabalhadoras. Além disso, discutiu-se também a atuação, aporte, perspectiva e incidência da Rede de Trabalhadoras em Educação, bem como foi feita uma avaliação do trabalho no ano de 2011. As participantes ainda aprofundaram o debate sobre a pedagogia em defesa da educação pública para a igualdade.

Participaram do evento 40 mulheres, representantes de 20 organizações nacionais de 13 países da América Latina, da Espanha e da Suécia. A CONTEE foi representada na atividade por sua Secretária Geral, Cristina Castro, e pela Secretária de Gênero e Etnia, Nara Teixeira de Souza. A Coordenadora Geral da Confederação, Madalena Guasco Peixoto, também participou da abertura da atividade.

CONTEE preocupa-se com novo Plano Nacional de Educação

No apagar das luzes de 2011, foi apresentado o relatório substitutivo do deputado Angelo Vanhoni (PT-PR) que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE – PL 8035/10). O documento deixou de fora a instituição do Sistema Nacional de Educação e tem como indicativo o investimento mínimo de apenas 8% do Produto Interno Bruto para educação, contrariando a proposta dos movimentos sociais de 10% para o setor.

O relatório apresentado não levou em conta as propostas que dizem respeito aos interesses diretos dos trabalhadores em educação do

setor privado de ensino. Nem mesmo a emenda que instituiu o Sistema Nacional de Educação – tema central e principal deliberação da Conferência Nacional de Educação.

A CONTEE centralizou defesa da bandeira do Sistema Nacional de Educação no PNE, lançando campanha específica sobre o tema, por entender que a instituição do Sistema seria essencial para a necessária regulamentação do setor privado, bem como forma efetiva de garantir a qualidade da educação. Entretanto, a questão não foi contemplada.

A Confederação vê com preocupação os encaminha-



Arquivo CONTEE/TREEMIDIA

Diretores da CONTEE acompanham audiência pública da Comissão Especial do PNE

mentos do novo PNE e já está mobilizada para que as emendas elaboradas pela entidade e as demais bandeiras dos movimentos sociais sejam incorporadas ao PL em 2012.

CONTEE divulga nota de solidariedade à FENPROF

Em nota oficial, publicada no dia 18 de novembro no Portal da entidade, a CONTEE manifestou sua solidariedade à Federação Nacional dos Professores (FENPROF) de Portugal que vem enfrentando grandes desafios e dificuldades na defesa dos direitos dos docentes no país, em função da crise financeira que atinge, especialmente, a Europa.

De acordo com relatos enviados pela FENPROF, a situação em Portugal, especialmente na Educação, degradou-se no último período, com drástica redução de verbas para o setor e aumento significativo do desemprego entre os docentes.

Segundo a nota, “para a CONTEE, o enfrentamento da crise financeira mundial não pode vitimar ainda mais os trabalhadores, em especial do setor educacional, estratégico para o desenvolvimento soberano das Nações. A defesa dos direitos dos professores e de suas condições de trabalho deve prevalecer sobre a austeridade financeira imposta ou adotada após a crise do capital. Assim, a CONTEE soma-se à FENPROF nesta luta e faz um apelo ao Governo português que contenha as sanções à categoria e preserve o setor educacional, a fim de, assim, defender também o futuro da nação portuguesa”.

Na pauta *Positiva*

Veja aqui um importante avanço no debate sobre juventude que merece destaque:

A bem-sucedida II Conferência de Juventude

Os debates da II Conferência Nacional de Juventude, realizada entre os dias 9 e 12 de dezembro em Brasília-DF, destacaram a necessidade de garantia ao trabalho decente para a juventude e a sustentabilidade com justiça social. O encontro, marcado pela diversidade, contou com a participação de 2.200 jovens de todo o País, de diferentes origens sociais, negros, mulheres, LGBT, deficientes, indígenas além de comunidades e povos tradicionais.

Com o tema “Conquistar Direitos, Desenvolver o Brasil”, a Conferência reuniu delegações eleitas em aproximadamente mil municípios de todos os 27 estados do País, onde foram realizadas mais de 1.500 conferências territoriais, municipais e estaduais, além das conferências livres e virtual, e da consulta aos povos e comunidades tradicionais.

Como resultado das propostas, discussões e trabalhos da 2ª Conferência Nacional de Juventude, foram elaborados três documentos, que podem ser acessados na íntegra em: <http://www.juventude.gov.br/conferencia>

Desafios para a *nossa luta*

Os desafios da juventude no Brasil e no Mundo são grandes e variados. Destacamos um aspecto que exigirá atenção redobrada:

HIV/AIDS entre os jovens

O aumento de casos da AIDS em todo o país, à exceção do Sudeste, entre 1998 e 2010, deve servir de alerta. Dos 60 milhões de pessoas no mundo inteiro que foram infectadas pelo HIV nos últimos 20 anos, mais da metade tinha entre 15 e 24 anos à época da infecção. Hoje, 12 milhões de jovens estão vivendo com o HIV/AIDS. Entre os jovens, as mulheres têm muito mais chances do que os homens de se infectarem com o HIV. Em cerca de 20 países africanos, 5% ou mais das mulheres entre 15 e 24 anos estão infectadas. Tais estatísticas sublinham a necessidade urgente de abordar a situação do HIV/AIDS entre os jovens.

No Brasil, aumentou a incidência de casos especialmente entre jovens homossexuais na faixa de 15 anos a 24 anos, que subiu 10,1% nas duas últimas décadas. Em 2010, para cada dez heterossexuais nessa faixa de idade contaminados, havia 16 homossexuais infectados pelo vírus da AIDS.

A escola tem papel fundamental no combate ao preconceito e, principalmente, na conscientização dos jovens para essa triste realidade.

Com informações do Valor Econômico

II Conferência Nacional de Juventude:

Jovens pedem maior *espaço político*

Valter Campanato/ABr

A segunda edição da Conferência Nacional de Juventude reuniu em Brasília/DF aproximadamente duas mil pessoas para discussões fundamentais sobre a construção de políticas públicas na área.



A 2ª Conferência Nacional de Juventude realizada entre os dias 9 e 12 de dezembro, aprovou 44 objetivos, distribuídos em cinco eixos. As prioridades da juventude brasileira contaram com a maioria dos votos de cerca de 2 mil delegados de todos os estados presentes ao encontro que ocorreu no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, em Brasília/DF.

O documento final pediu reforma política que garanta a participação dos jovens no poder, contemplando de forma igualitária a faixa etária e o gênero. Pede também estabelecimento de cotas da ordem de 20% para participação nas coligações eleitorais em todos os níveis de governos. E reivindica a destinação de 5% de recursos do fundo partidário para atividades das juventudes partidárias.

O primeiro eixo sobre desenvolvimento integral defende a luta pela consolidação de políticas educacionais e de cultura e também a implementação de um Plano Nacional que facilite o acesso dos jovens à comunicação, além da participação nas questões ligadas ao meio ambiente.

O segundo eixo se refere ao direito ao território, que envolve, entre outras expectativas, a instituição de programas habitacionais para a juventude. Os que trabalham na agricultura familiar, camponesa, assalariada rural e integrantes dos povos e comunidades tradicionais querem, entre outros benefícios, acesso à terra e que o país faça a reforma agrária. Eles querem participar das decisões de governo nessas políticas.

Também foi aprovado o terceiro eixo que trata do direito à experimentação e à qualidade de vida, em que é pedida a não privatização e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) com prioridade para atendimento à população de 15 a 29 anos de idade. A juventude aspira que os três níveis de governo priorizem sua inclusão em programas como o Bolsa

Atleta, Segundo Tempo, Mais Educação e no Programa de Esporte e Lazer na Cidade, com sua participação na gestão de todos os projetos.

O direito à diversidade e a vida segura está contido no quarto eixo, que pede reinserção sócioafetiva dos jovens infratores em sistema socioeducativo e sistema prisional dentro da família e na sociedade. Essas ações precisam envolver, segundo a proposta, o incentivo dos governos estaduais, para a criação de cotas para esses jovens nas empresas privadas e no poder público, com a extinção da exigência de documento de antecedentes criminais para seleções públicas. Eles querem participar das políticas de reinserção social e do tratamento para reabilitação de jovens dependentes químicos.

A juventude reunida em Brasília aprovou também proposta para implementação de política transversal para os jovens portadores de deficiência, garantindo



2^ª Conferência Nacional de Juventude

Conquistar direitos,
desenvolver o Brasil!



educação, atendimento em saúde e na reabilitação, e possibilitando a entrada desse público no mercado de trabalho com oferecimento de qualificação. Outro ponto defendido é a implementação imediata do Plano Nacional de Enfrentamento à mortalidade da Juventude Negra, com a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo por meio de projetos sociais e educativos.

Outra reivindicação da conferência é a implementação do Plano Nacional de Saúde Integral da População de lésbicas, gays, bissexuais e travestis (LGBT) para a superação de vulnerabilidade de saúde dos jovens de 15 a 29 de idade.

O eixo cinco pede a descriminalização e a legalização do aborto, apontado como “um grave problema de saúde pública”. A questão teve acirrados debates no plenário. A liberdade religiosa também mereceu destaque no eixo quatro. A juventude quer a criação de um Plano Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, com o estabelecimento de debate

entre o poder público e a sociedade civil para garantir a pluralidade das crenças e religiões.

O último eixo refere-se ao direito à participação que pede a incorporação do máximo de movimentos e entidades ligadas à juventude, no Conselho Nacional de Juventude. Segundo a conferência, deveriam participar segmentos que atuem em no mínimo sete estados ou três regiões do país. O último ponto das conclusões refere-se à criação de um sistema nacional de financiamento para a juventude, com a regulamentação do Estatuto da Juventude. O estatuto já foi aprovado na Câmara dos Deputados e a votação no Senado está prevista para esta semana.

Os jovens estão organizados, em alguns estados, por meio de secretarias estaduais de governo ou de segmentos da sociedade civil, ligados ao Conselho Nacional de Juventude. **c**

Fonte: Agência Brasil



No PNE

diga *sim* ao Sistema Nacional de Educação

É bom para a educação. É bom para o Brasil.

**Valorização dos profissionais em educação | Plano de carreira | Gestão democrática
10% do PIB investidos na educação | Qualidade de ensino | Regulação do setor privado**



contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino

